



Foto: José Wellington Barreto - empregado da TAESA

**TRANSMITINDO
ENERGIA PARA
O FUTURO.**

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **2013**

taesa 

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA (Bovessa: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, submete à apreciação de V. Sas. o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), identificadas como Consolidado; e as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), identificadas como Controladora.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Do ponto de vista da Companhia, 2013 foi um ano crucial para a TAESA, marcado por incorporações, aquisições e dividendos robustos. A Companhia buscou se desenvolver tanto no âmbito financeiro quanto no operacional, sempre focada em disciplina financeira e agregação de valor. A margem EBITDA consolidada continua em elevado patamar, tendo atingido 91,4%. O Lucro Líquido atingiu R\$892,8 milhões, aumentando 51,5% em relação a 2012. A tabela abaixo apresenta, de forma resumida, os principais eventos ocorridos no ano de 2013:

Data	Evento	Descrição
31/01	Incorporação de controladas.	Incorporação das controladas NTE, STE, ATE e UNISA na Taesa. Com a incorporação da UNISA, o controle sobre as empresas ATE II e ATE III foram transferidos à Taesa.
31/05	Aquisição de coligadas: Grupo TBE.	Desembolso referente ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a Cemig GT, e a CEMIG, no valor de R\$1.691 milhões.
10/06	Pagamento de dividendos.	Pagamento dos dividendos obrigatórios e adicionais, referentes ao exercício de 2012, no total de R\$359.285 (R\$0,34764 por ação ordinária e preferencial).
28/06	Incorporação de controlada.	Incorporação da controlada ATE II na Taesa.
17/10	Aquisição de coligadas indiretas.	Após cumprimento de todas as condições previstas no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, em 17 de outubro de 2013 a coligada EATE concluiu a operação de aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng, correspondente a 10%, no capital social das Transmineiras, acrescido de outros custos totalizando o montante de R\$33.633.
13/12	Aquisição via leilão ANEEL.	A Taesa sagrou-se vencedora do Lote A do Leilão ANEEL nº 013/2013, com Receita Anual Permitida no valor de R\$10.990 e deságio de 4,76% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL.
20/12	Pagamento de dividendos intercalares e JCP.	Pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$210.000 (R\$0,20319 por ação ordinária e preferencial) e juros sobre capital próprio de valor de R\$190.000 (R\$0,18384 por ação ordinária e preferencial), que foram deduzidos dos dividendos obrigatórios do exercício de 2013.

A Taesa registrou em 2013 resultados que refletem avanços relevantes em sua gestão, governança e estratégia corporativa. Na dimensão operacional, os resultados indicam sólido desempenho e qualidade na disponibilização do sistema de transmissão, demonstrados pela manutenção dos elevados níveis de disponibilidade de nossas linhas de transmissão e demais instalações. A evolução significativa da eficiência operacional praticada nos mais diversos processos da Companhia pode ser verificada pelo patamar da Margem EBITDA e, consequentemente, pela maior geração de caixa. Merece destaque que, durante esse exercício, os ganhos de eficiência foram advindos também de diversas ações de melhoria nos processos internos da Companhia, contemplando as mais variadas atividades técnicas, administrativas, de suporte e infra-estrutura, bem como na gestão de recursos humanos.

Os resultados da Taesa foram suportados por um elevado padrão de governança corporativa, composta por uma sólida base de acionistas e por uma gestão profissional. A base de acionistas controladores da Companhia, composta pela CEMIG, como sócia operadora de reconhecida qualidade na gestão de ativos do setor elétrico, e pelo FIP COLISEU, como sócio de grande competência na dimensão financeira e de investimentos, contribuiu de forma relevante para os ganhos obtidos através da atuação nos fóruns de decisão da Alta Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês específicos). Esta combinação de competências dos Acionistas acrescidas à Equipe da Taesa, que possui uma trajetória de sucesso na gestão de seus ativos e um quadro funcional de reconhecida excelência técnica e administrativa, alavancou de forma substancial os resultados do ano de 2013 e potencializaram a competitividade da Companhia.

Somando-se a tudo isso, temos como diretriz estratégica a busca permanente por oportunidades que permitam o crescimento sustentável com agregação de valor para nossos acionistas e partes relacionadas. Outro esforço no sentido de crescimento foi a participação da Companhia nos leilões de transmissão realizados pela ANEEL durante o ano de 2013, no qual ficou demonstrado o esforço para adquirir novos ativos e o foco no segmento, condicionados a uma rígida disciplina financeira, estabelecida pelos parâmetros e diretrizes de agregação de valor determinados pelos nossos acionistas.

A Taesa, responsável social e ambientalmente, busca promover a efetiva inserção nas áreas em que atua e o desenvolvimento sustentável, implantando ações e medidas em projetos de cunho social e esportivo, no sentido de subsidiar as decisões estratégicas com os conceitos de sustentabilidade e equidade entre gerações.

A Administração da Taesa registra os agradecimentos aos seus Acionistas pelo suporte e confiança fundamentais para a concretização de todas as ações e projetos que proporcionaram os resultados alcançados. Nosso agradecimento também a todos os nossos Colaboradores que de forma determinada e comprometida, construíram os ganhos obtidos. Destacamos também o nosso reconhecimento a todos os Fornecedores, Parceiros e demais Partes Relacionadas pela contribuição decisiva nas mais diversas ações realizadas no ano de 2013.

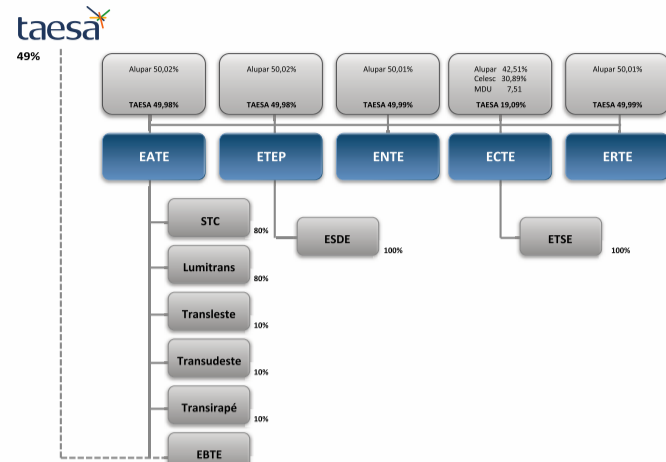
Com grande satisfação apresentamos os resultados consolidados de 2013, percebendo que obtivemos êxito em muitas iniciativas neste histórico exercício de consolidação da Taesa. Neste relatório, detalhamos alguns fatores, que do nosso ponto de vista, levaram a Companhia a atingir os expressivos resultados no exercício de 2013.

A COMPANHIA
A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Taesa" ou a "Companhia") é uma concessionária de transmissão de energia elétrica no Brasil. A Taesa é um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permitida (RAP). A empresa é exclusivamente dedicada à construção, operação e manutenção de ativos de transmissão, com aproximadamente 9.752 km de linhas de transmissão em operação mais uma concessão adquirida em leilão, que possui aproximadamente 85 km de extensão. Além disso, possui ativos em 64 subestações com nível de tensão entre 230 e 525kV, presença em todas as regiões do país e um Centro de Operação e Controle localizado em Brasília. Atualmente a TAESA detém 28 concessões de transmissão, possuindo 100% dos ativos de treze concessões, participação na ETAU, Brasnorte e em treze concessões da TBE.

Abaixo um mapa com a localização das concessões da TAESA:

no valor de R\$10.990 e deságio de 4,76% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. Para este propósito constitui a Sociedade de Propósito Específico ("SPE") Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A ("MAR"), que receberá a outorga da concessão da linha de transmissão de energia elétrica em 500 kV, com extensão de 85 km no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Itabirito e Vespasiano. A previsão da Administração é que o contrato de concessão seja assinado no 1º trimestre de 2014.

Abaixo o organograma do Grupo TBE, considerando, inclusive, as coligadas indiretas adquiridas pela EATE:



Como concessionária de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, praticamente todas as receitas da Companhia são oriundas da Receita Anual Permitida ("RAP") que recebe em contrapartida pela implementação, operação e manutenção de suas instalações de transmissão. A RAP é baseada no valor ofertado pela concessionária vencedora do leilão e não está relacionada ao volume de energia elétrica transmitido por suas instalações. A RAP é reajustada anualmente com base na inflação, medida pelo IGP-M, com exceção da RAP da Brasnorte, ATE III, SGT, STC, EBTE e ESDE, que é reajustada na mesma periodicidade pelo IPCA. Além do reajuste anual previsto nos Contratos de Concessão, a RAP pode ainda sofrer reajustes em decorrência de eventos extraordinários, tais como alterações na legislação aplicável ao setor e investimentos em linhas e instalações de transmissão devidamente aprovados pela ANEEL.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Taesa está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, sendo a Companhia listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA. Além disso, a Companhia confere às suas ações preferenciais o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle (Tag Along).

A Companhia está aperfeiçoando suas políticas, procedimentos e controles internos com o objetivo de atender plenamente ao disposto na Lei 12.683/12 ("Lei 12.683/12"). A Lei 12.683/12, que alterou a Lei 9.613/98, trata sobre "crimes de lavagem de dinheiro" e foi emitida com o objetivo de tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro e incluir pessoas sujeitas ao mecanismo de controle.

A Alta Administração da Companhia tem experiência significativa no setor e é acompanhada de perto pelos Acionistas Controladores, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.

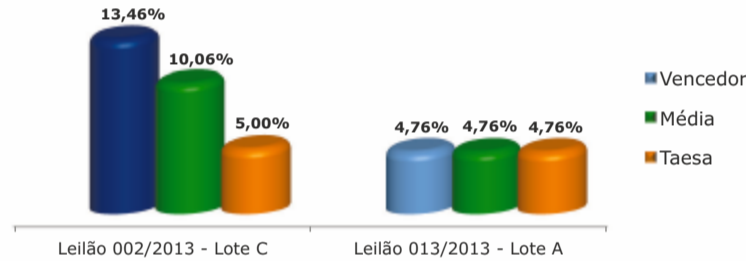
QUALIDADE

Certificação ISO 9001:2008 - Em 12 de outubro de 2009, a Companhia obteve, por meio da empresa certificadora Bureau Veritas, a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001:2008, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., nas concessões Novatrans e TSN, abrangendo o seguinte escopo: Prestação de Serviços de Operação e Manutenção na Transmissão de Energia Elétrica. No período de 10 à 12 de setembro de 2012 houve a auditoria de re-certificação e foi constatado que o Sistema de Gestão da Qualidade está implementado dentro dos requisitos da Norma ISO 9001:2008, renovando assim a Certificação.

Comissão de Ética, Canal de Comunicação com a Comissão de Ética e e-mail do Compliance Officer - A TAESA possui uma Comissão de Ética com o objetivo de esclarecer e averiguar questões relacionadas aos temas tratados no Código de Ética adotado pela Companhia. Com isso, todos os colaboradores poderão informar denúncias, críticas, sugestões e ocorrências relacionadas ao Código de Ética da Companhia, através do Canal de Comunicação com a Comissão de Ética. O colaborador poderá optar pela identificação ou não no momento do envio de sua mensagem através do referido Canal. O sistema foi elaborado de forma a não permitir qualquer registro de dados pessoais ou do computador utilizado para o cadastro do comunicado, caso o colaborador decida por não se identificar. O e-mail do Compliance Officer, publicado no Código de Ética da Taesa, continua ativo, porém é destinado às pessoas que estão fora de nossa organização e que queiram informar tais ocorrências relacionadas ao Código de Ética da Taesa.

DESEMPENHO DOS NOSSOS NEGÓCIOS

Leilões de transmissão
Em 2013 a TAESA participou de quatro Leilões, porém ofereceu lances em apenas dois deles. Abaixo os deságios apresentados nos leilões os quais a Taesa ofereceu lances:



A Taesa foi a única a oferecer lance para o lote A do Leilão 013/2013, sendo a vencedora.

Novas aquisições e leilões

- Conclusão dos processos de aquisição das coligadas e coligadas indiretas do Grupo TBE; e
- Conquista do Lote A do Leilão ANEEL nº 013/2013.

Proteção natural contra a inflação

Como as receitas são ajustadas anualmente pelo IGP-M ou IPCA, o negócio da TAESA é naturalmente protegido contra a inflação.

Ciclo	IPCA	IGP-M
2007 / 2008	3,2%	4,4%
2008 / 2009	5,6%	11,5%
2009 / 2010	5,2%	3,6%
2010 / 2011	5,2%	4,2%
2011 / 2012	6,6%	9,8%
2012 / 2013	5,0%	4,3%
2013 / 2014	6,5%	6,2%

RAP é anualmente ajustada a cada 1º de julho, pelo índice de inflação 12 meses (IGP-M ou IPCA), de junho do ano anterior à maio do ano em referência. A tabela à direita mostra o ajuste anual da RAP desde 2007.

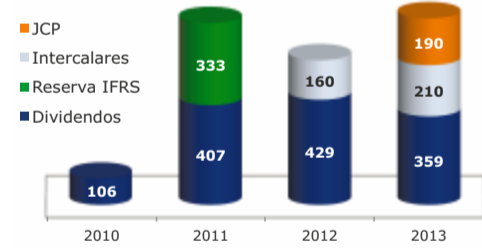
No dia 27 de junho de 2013, a ANEEL publicou a resolução 1.559 com a Receita Anual Permitida das concessões de Transmissão. As concessões ajustadas pelo IGP-M sofreram um reajuste de 6,22% e as concessões ajustadas pelo IPCA sofreram um reajuste de 6,50%.

ESTRATÉGIA

O objetivo da Companhia é ser líder entre as empresas do setor de transmissão de energia elétrica do Brasil, prestar serviços públicos de alta qualidade e maximizar valor para seus Acionistas e Colaboradores, Agentes conectados às suas instalações (incluindo geradoras e distribuidoras de energia elétrica) e para o Poder Concedente e Autoridades Regulatórias.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos

De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir pelo menos 50% do seu Lucro Líquido, após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal. O gráfico abaixo demonstra o histórico de pagamento de dividendos.

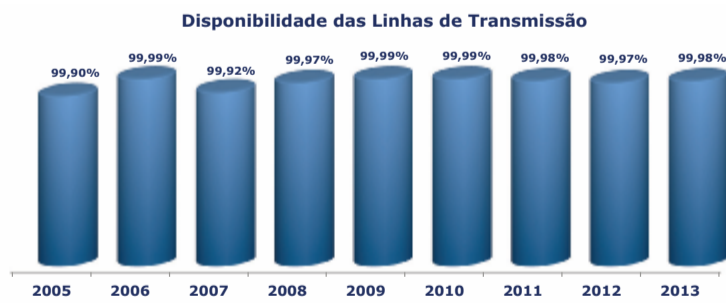


A Companhia distribuiu em forma de dividendos, 88,14% (R\$519 milhões) do Lucro Líquido de 2012, sendo R\$160 milhões pagos em dezembro de 2012 a título de dividendos intercalares e R\$359 milhões pagos em junho de 2013 referentes aos dividendos adicionais e mínimos obrigatórios de 2012.

Em dezembro de 2013 a Companhia pagou também R\$210 milhões a título de dividendos intercalares e R\$190 milhões de JCP, atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios de 2013.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Do ponto de vista operacional, a Companhia demonstrou mais uma vez sua capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão consistentemente em elevados patamares, atingindo no ano de 2013 o resultado de 99,98% de disponibilidade. Este desempenho se deve também à qualidade dos ativos e instalações da Companhia e, principalmente, à competência técnica e especializada das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos processos críticos. Como consequência, controlamos a parcela variável dentro dos limites planejados e fechamos 2013 contabilizando a parcela em torno de 0,66% da nossa Receita Anual Permitida (RAP).



A Receita Operacional da Taesa foi reajustada conforme previsto em seus contratos de concessão, resguardando-a de perdas inflacionárias e mantendo-se nos patamares esperados pela Administração. As concessões da Taesa têm como principal índice de reajuste de suas receitas a variação do IGP-M.

Ciclo 2013-2014	Total	PA Apuração	Total líquido
TSN	385.689	(11.803)	373.886
Gtesa	7.021	(212)	6.809
Munirah	28.802	(869)	27.933
Patesa	16.862	(509)	16.353
ETEO	138.821	(4.188)	134.633
Novatrans	410.285	(12.378)	397.907
ETAU *	18.002	(523)	17.479
Brasnorte *	7.662	(243)	7.419
NTE	120.847	-	120.847
ATE	117.617	(3.879)	113.738
ATE II	179.035	(5.402)	173.633
ATE III	88.908	(2.503)	86.405
STE	64.484	-	64.484
ENTE *	88.838	(2.680)	86.158
EATE *	169.753	(5.121)	164.632
EBTE *	27.336	(1.436)	25.900
ECTE *	14.320	(432)	13.888
ETEP *	38.676	(1.168)	37.508
ERTE *	19.941	(426)	19.515
STC *	12.798	(176)	12.622
Lumitrans *	8.402	(253)	8.149
ESDE *	2.697	(3.489)	(792)
ETSE **	3.014	-	3.014
Transirapé *	17.810	(246)	17.564
Transleste *	32.212	(972)	31.240
Transudeste *	19.965	(602)	19.363
SGT ***	3.982	-	3.982
TOTAL	2.043.779	(59.510)	1.984.269

* Ciclo 2013-2014 - RAP no período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.559, de 27 de junho de 2013.

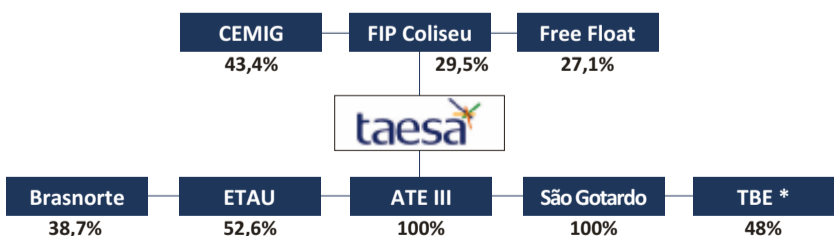
** Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em 31 de dezembro de 2013. Essas concessões são controladas em conjunto com a Companhia, cujos resultados são incorporados às informações contábeis interdiárias da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

*** Prevista para entrar em operação em julho de 2014.

**** Prevista para entrar em operação em março de 2014.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Abaixo o organograma do Grupo Taesa em 31 de dezembro de 2013:



* A TBE ou Grupo TBE é um conjunto de treze concessionárias de transmissão de energia elétrica. A Taesa possui uma participação média nessas empresas de 48%. No ano de 2013, incorporações e aquisições proporcionaram mudanças no organograma da Companhia. Abaixo mais detalhes sobre esses eventos:

As incorporações não geraram modificação do capital social da Companhia, uma vez que se trata de incorporação de controladas e, consequentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário o estabelecimento de nenhuma relação de troca em decorrência da incorporação. Devido às características das incorporações, não houve direito de retirada nem de reembolso a acionistas dissidentes. Não houve ágio ou deságio no processo, pois todas as incorporações foram feitas por valores de livros e não geraram ganhos nem perdas para o Grupo Taesa. Os ativos e passivos incorporados pela Companhia estão detalhados na nota explicativa nº 29 - Transações que não envolvem caixa às demonstrações financeiras.

Incorporações
Com o objetivo de otimizar a estrutura societária e administrativa, consolidar a geração de caixa da Companhia no nível da empresa listada e reduzir custos, ocorreram duas incorporações na Taesa no exercício de 2013, são elas:

• Incorporação das controladas NTE, UNISA, STE e ATE: A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa realizada em 31 de janeiro de 2013 aprovou a incorporação, pela Companhia, da UNISA, da ATE, da STE e da NTE nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 14 de dezembro de 2012.

• Incorporação da ATE II: As Assembleias Gerais Extraordinárias da ATE II e da Taesa, ambas realizadas em 28 de junho de 2013, aprovaram a incorporação, pela Companhia, da ATE II nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 12 de junho de 2013.

Aquisições
Corroborando com o perfil de crescimento constante da Companhia, o ano de 2013 foi marcado por aquisições de controlada, coligadas e coligadas indiretas. Abaixo mais detalhes sobre essas aquisições:

• Aquisição de coligadas e coligadas indiretas: Em 17 de maio de 2012 foi anunciada a assinatura do contrato de transferência de participações do grupo TBE, da CEMIG para a Taesa. A transação foi concluída em 31 de maio de 2013, quando a Taesa desembolsou o valor de R\$1.691 milhões. Dessa forma, a Companhia adquiriu 3.127 km à sua base atual de ativos.

• Aquisição de coligadas indiretas: em 8 de agosto de 2013, a coligada EATE (Grupo TBE) celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. ("Orteng") para a aquisição de 10% do capital social total das transmissoras Transudeste, Transleste e Transirapé de Transmissão ("Transmineiras"). Após cumprimento de todas as condições previstas no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, em 17 de outubro de 2013 a coligada EATE concluiu a operação de aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng, correspondente a 10%, no capital social das Transmineiras, acrescido de outros custos totalizando o montante de R\$33.633.

• Aquisição de controlada: Em 13 de dezembro de 2013 a Taesa sagrou-se vencedora do Lote A do Leilão ANEEL nº 013/2013, com Receita Anual Permitida



Ciclo 2012-2013	Total	PA Apuração	Total líquido
TSN	361.361	(14.325)	347.036
GTESA	6.610	(266)	6.344
MUNIRAH	27.116	(1.088)	26.028
PATESA	15.875	(637)	15.238
ETEO	130.696	(5.250)	125.446
NOVATRANS	386.272	(15.515)	370.757
ETAU **	16.948	(447)	16.501
BRASNORTE **	8.499	(303)	8.196
NTE	113.774	(4.570)	109.204
ATE	110.734	(5.433)	105.301
ATE II	168.557	(6.764)	161.793
ATE III	77.885	(3.103)	74.782
STE	60.710	(2.436)	58.274
TOTAL	1.485.037	(60.137)	1.424.900

* Ciclo 2012-2013 - RAP no período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 - Resolução Homologatória Aneel nº 1.313 de 26 de junho de 2012.
 ** Valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em 31 de dezembro de 2012.

Ciclo 2011-2012	Total	PA Apuração	Total líquido
TSN	346.228	(2.866)	343.362
MUNIRAH	26.008	127	26.135
GTESA	6.340	(53)	6.287
PATESA	15.226	62	15.288

Ciclo 2011-2012	Total	PA Apuração	Total líquido
NOVATRANS	370.484	(3.073)	367.411
ETAU **	16.254	(326)	15.928
ETEO	125.354	(1.040)	124.314
BRASNORTE **	8.098	50	8.148
NTE	63.656	-	63.656
STE **	16.984	202	17.186
ATE **	30.977	128	31.105
ATE II **	47.153	230	47.383
ATE III **	21.637	81	21.718
TOTAL	1.094.399	(6.478)	1.087.921

* Ciclo 2011-2012 - RAP no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 - Resolução Homologatória Aneel nº 1.171 de 28 de junho de 2011.
 ** Valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões. Nos casos específicos da NTE e controladas da UNISA temos: NTE - 100% de 7 meses (dezembro de 2011 a junho de 2012) e controladas da UNISA - 50% de 7 meses (dezembro de 2011 a junho de 2012).

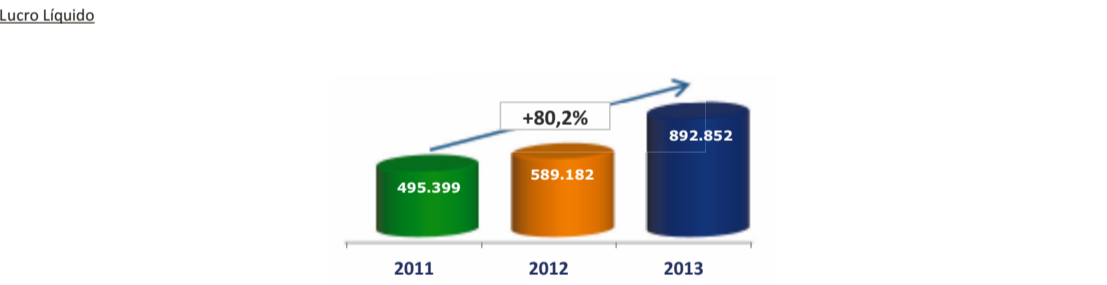
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO

	2013	2012	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	1.447.851	1.126.865	320.986	28,5%
EBITDA	1.322.850	1.052.781	270.069	25,7%
Margem EBITDA - padrão	91,4%	93,4%	-	-2,00%

Reconciliação do EBITDA

	2013	2012
Lucro do exercício	892.852	589.182
Resultado financeiro	369.465	247.274
Imposto de renda e contribuição social	58.853	214.637
Depreciação	1.680	1.688
EBITDA	1.322.850	1.052.781

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.



Destacamos a seguir os principais motivos que levaram a um melhor resultado em 2013 em relação a 2012:

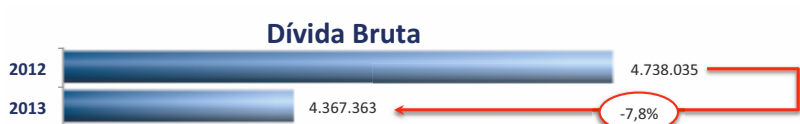
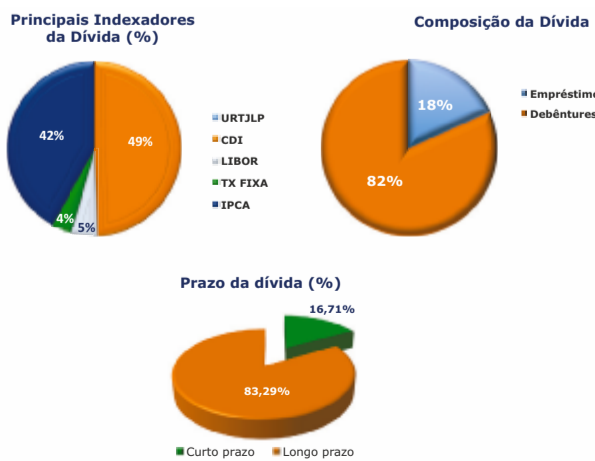
- Aquisição das coligadas do Grupo TBE em maio de 2013;
- Reajuste anual pela inflação (IGP-M 6,22% e IPCA 6,50% - conforme Resolução Homologatória nº 1.559 de 27 de junho de 2013, que estabeleceu as receitas anuais permitidas - RAPs, reajustadas para o Ciclo 2013/2014, praticadas a partir de 01.07.2013);
- Redução nos encargos de dívidas de empréstimos e financiamentos devido aos fatos da Companhia ter feito o pré pagamento do Sindicato da Novotrans e das dívidas com BNDES e BID das empresas STE, NTE, ATE e ATE II no primeiro trimestre de 2013 e pela liquidação das notas promissórias em novembro de 2012; e
- Como consequência do processo de incorporação da subsidiárias integrais NTE, ATE, ATE II e STE ocorridos em 2013, determinados ativos tornaram-se dedutíveis para fins fiscais, reduzindo assim a diferença temporária passiva anteriormente existente no valor de R\$73.466.

Endividamento
 Com o objetivo de reduzir o custo da dívida e obter mais flexibilidade financeira, os empréstimos abaixo foram liquidados antecipadamente em 2013. Dessa forma, a Companhia reafirma seu compromisso de gerar valor para os seus acionistas através da otimização de sua estrutura de capital.

Concessão	Credor	Data de liquidação	Montante
TAESA (NVT)	Sindicato - Santander, Citibank e BNP	15/03/2013	13.581
STE	Unibanco	15/03/2013	526
STE	BNDES	15/03/2013	51.181
NTE	BNDES	15/03/2013	74.664
ATE	BNDES	15/03/2013	138.139
ATE II	BNDES	15/05/2013	228.462
ATE II	BID	15/05/2013	192.124
			698.677

	2013	2012
Circulante	942.160	421.715
Não circulante	3.425.203	4.316.320
Dívida bruta	4.367.363	4.738.035
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(534.126)	(2.626.617)
Dívida líquida	3.833.237	2.111.418
Dívida líquida/EBITDA	2,90	2,01

Dívida Líquida - A Dívida Líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Dívida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Dívida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.



MERCADO DE CAPITAIS

Em 2012 a Taesa voltou ao mercado de capitais e em julho realizou o Re-IPO, captando R\$1.755 milhões e elevando o free float para 27% do capital total. No período de um ano, a Unit da Taesa (TAE11) desvalorizou 7,4% e fechou o ano de 2013 cotada a R\$18,20 (R\$19,65 no fechamento de 2012, cotação esta ajustada pela distribuição de dividendos no período).
 Em 31 de dezembro de 2013 o market cap da Companhia era de R\$6,3 bilhões.

Rating

A Companhia obteve das agências de rating S&P, Moodys e Fitch notas que refletem uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez e que coloca a Companhia no nível de "investment grade" na Escala Nacional e Global e com uma perspectiva estável.

Fitch	Rating	Perspectiva
Rating para moeda local e estrangeira	BBB	Estável
Rating em escala nacional	AAA(bra)	Estável

Standard & Poor's	Rating	Perspectiva
Rating de crédito corporativo na Escala Nacional Brasil	brAAA	Estável
Rating de curto prazo para 4ª emissão de notas promissórias	brA-1	Estável
Rating na escala global	BBB-	Estável

Moody's	Rating	Perspectiva
Rating Escala Global	Baa3	Estável
Ratings Escala Nacional Brasileira	Aa1.br	Estável

GESTÃO TÉCNICA

A equipe técnica da Taesa, suportada por todos os processos informados acima, desenvolveu os estudos de viabilidade técnica para a participação dos leilões em 2013 com soluções de engenharia que possibilitaram a competitividade necessária à participação da Taesa nesses leilões.

Foram desenvolvidos também, estudos e propostas para a implantação de novos equipamentos e sistemas nas subestações da Taesa, denominados regulatoriamente como "Reforços" e "Melhorias". As "Melhorias" agregam qualidade na prestação dos serviços da Companhia, ao passo que os Reforços, após aprovados pela ANEEL, garantem à Companhia uma receita adicional para fazer frente aos investimentos necessários para a ampliação da capacidade de transmissão das instalações.

Manutenções especializadas em disjuntores, transformadores e reatores, fazem da equipe técnica da Taesa um diferencial competitivo nos processos de execução da manutenção. Neste sentido, a Taesa tem investido de forma contínua na capacitação de suas equipes de manutenção e operação, bem como em metodologias para melhorar os resultados de suas intervenções em suas instalações. Destacam-se, ainda, os serviços especiais em Linha Viva, que possibilitam uma efetiva intervenção nos equipamentos sem a necessidade de deslocamentos de instalações, contribuindo para o aumento da disponibilidade de nossas subestações e linhas de transmissão.

As manutenções de rotina garantem a disponibilidade operacional das linhas de transmissão da Taesa nos patamares mais elevados de desempenho de forma consistente, contribuindo assim para maior confiabilidade do Sistema Elétrico Interligado.

POLÍTICA DE QUALIDADE

As concessionárias do Grupo Taesa, respaldadas pela Alta Direção e por seus empregados, manifestam seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da organização o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

GESTÃO DE PESSOAS

O processo de desenvolvimento dos colaboradores da Taesa deve ser compreendido como uma estratégia de negócios e parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em torno deste tema tem como função estratégica assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios. Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados para o negócio.

Além disso, as estratégias de Recursos Humanos resumem um conjunto de princípios, conceitos e um ciclo de ações que visam ao desenvolvimento, a qualidade de vida, a motivação dos colaboradores, e por consequência, o sucesso da Companhia.

A Taesa assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado, benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador e, ainda, atua como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeitosa e transparente.

Atração e retenção de talentos

A Taesa acredita que as pessoas são elementos impulsionadores da organização, capazes de dotá-las de inteligência e aprendizados indispensáveis à sua constante renovação e competitividade em um ambiente de mudanças e desafios. Assim, as pessoas alcançam seu crescimento profissional utilizando seus talentos para enfrentar situações de trabalho desafiadoras.

Com base nesta premissa, a Taesa adotou a prática do Recrutamento Interno, mediante a qual, antes de buscar novos profissionais no mercado, as oportunidades são disponibilizadas para seus colaboradores, promovendo reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Com essa prática, a empresa propicia expectativa de futuro profissional, retém seus talentos e valoriza seu capital humano.

Capacitação

A Política de Capacitação da Taesa tem por objetivo geral promover e prover ações e estratégias de aprendizagem que possibilitem aos colaboradores a aquisição e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuem para o seu desenvolvimento profissional, refletindo a valorização do indivíduo e respondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários ao atendimento da missão e visão da Taesa.

A Taesa pretende ampliar ainda mais as ações de capacitação, incentivando e apoiando o colaborador em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.

Plano de Cargos e Salários

A política de remuneração da Taesa tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização e desenvolvimento, visando ao equilíbrio competitivo interno e externo das suas estruturas de cargos e salários, bem como de seu plano de benefícios. Para tanto, a Companhia conta com uma estrutura profissional própria de apoio executivo e com o suporte de consultoria externa independente e reconhecida no mercado, sendo a estrutura de cargos adotada pela Taesa representada por uma estrutura de salários correspondente.

Os colaboradores fazem jus, ainda, a uma remuneração variável, observada e alinhada ao resultado financeiro da Companhia, em conjunto com o atendimento em nível acima das expectativas das responsabilidades desenhadas para seus cargos.

Processos de Comunicação

A Taesa acredita que a comunicação eficaz é um dos mais importantes fatores de sucesso das grandes organizações. Por isso, com o objetivo de estar cada vez mais próxima de seus colaboradores, a Taesa investe alto nos processos de comunicação, implantando diversos veículos que permitem o fortalecimento do vínculo e da confiança entre a empresa e os funcionários, criando uma cultura de compartilhamento de informações em todos os níveis.

Segurança do Trabalho

A Taesa, buscando orientar seus colaboradores para uma cultura de segurança, em 2013, promoveu diversos cursos de capacitação e atualização em normas de segurança e direção defensiva.

Os indicadores de segurança, que servem de subsídio para análise de segurança, permitem planejar ações de forma a prevenir acidentes.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O Grupo Taesa preza pelo investimento em projetos de cunho social, pois estes contribuem para o desenvolvimento social e valorizam a cidadania. Durante o ano de 2013, foram investidos cerca de R\$2.299 por meio da Lei Rouanet, da Lei dos Esportes e do FIA - Fundo para a Infância e Adolescência. A seguir estão listados os principais projetos contratados em 2013:

Lei Rouanet

- **Projeto "Elis, a musical"**: O projeto "Elis, a musical" consiste na concepção, produção e apresentações do musical "Elis - A musical", com texto de Nelson Motta e direção de Dennis Carvalho. Com uma produção totalmente nacional a peça ficou em cartaz durante quatro meses no Teatro Oi Casa Grande, no Rio de Janeiro, de novembro de 2013 a fevereiro de 2014. A ideia é contar a história sobre a entrega de Elis Regina para a música, manter vivo e acessível ao público o legado de Elis, que apresentou ou deu visibilidade, através de sua música, alguns dos mais importantes compositores da MPB.

- **Projeto "A menina esqueleto"**: O projeto "A Menina Esqueleto" contempla a montagem de um espetáculo infantil juvenil, voltado para a família, abrangendo artes integradas com teatro, dança contemporânea, bonecos e multimídia. Com uma linguagem voltada para o estímulo visual, sonoro e sensorial, o espetáculo aborda a construção do processo amoroso através da lenda nórdica dos Povos do Ártico. São previstas 36 apresentações iniciais, a preços populares.

- **Projeto "Guia Cultural da Costa Verde"**: O projeto "Guia Cultural da Costa Verde" prevê o levantamento integrado de até 100 (cem) atrativos culturais existentes em localidades situadas na Região da Costa Verde para a elaboração de um Guia Cultural de visitação, no formato livro, para distribuição gratuita em pontos estratégicos selecionados de todo o Estado do Rio de Janeiro. Além do guia impresso, a iniciativa também irá disponibilizar todo seu conteúdo em um portal multimídia da internet, e lançar 4 diferentes aplicativos para tablets.

- **Projeto "Fado Tropical"**: O projeto consiste na produção e realização de um show de música instrumental e erudita comandado por Fafá de Belém, sobre a obra de compositores e poetas brasileiros e portugueses, com a participação de grandes nomes de musicistas brasileiros e portugueses. Participações: Sebastião Tapajós, Diego Figueiredo, Manoel Cordeiro, Felipe Cordeiro, Nego Nelson, Wagner Tiso, Marciel Malard e os músicos portugueses Pedro Joia e mestre Antonio Chainho. Fafá de Belém interpretou repertório erudito de Villa Lobos e Waldemar Henrique. O show se realizou na Igreja de Santo Alexandre, no Museu de Arte Sacra, em Belém, no mês de outubro de 2013, durante a semana do Cirio de Nazaré.

- **Projeto "Música Sinfônica"**: O projeto "Música Sinfônica" destina-se à gravação de um show de Sergio Reis e Renato Teixeira para a produção do DVD "Amizade Sincera ao vivo no Rio de Janeiro", a ser realizado no teatro NET RIO (Rio de Janeiro).

- **Projeto "O Circo"**: O projeto "O Circo" contempla a produção, edição e publicação de um livro de arte, com texto trilingue (português, inglês e espanhol) e imagens do fotógrafo Gustavo Malheiros, sobre arte e movimento dos artistas de circo que atuaram no I Festival Internacional de Circo no Rio de Janeiro. Serão produzidos 3000 (três mil) exemplares, com lançamento previsto para julho de 2014, nas principais livrarias do Rio e São Paulo.

Lei do esporte

- **Projeto "Equipe Ricardo Acioly de Tênis"**: O projeto "Equipe Ricardo Acioly de Tênis" destina-se ao treinamento de uma equipe formada por 4 (quatro) atletas de alto rendimento, na modalidade de tênis, com objetivo de melhorar o ranking a nível nacional e internacional dos atletas, e possibilitar a inclusão de um destes atletas, na equipe brasileira de tênis nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016.

FIA (Fundo da Infância e Adolescência)

Trata-se de um fundo especial criado por lei para captar recursos que serão destinados especificamente para área da infância e adolescência, tendo a finalidade específica de financiar programas, projetos e ações voltados para a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente e suas respectivas famílias. É composto por um conjunto de receitas (recursos financeiros depositados em uma ou várias contas bancárias), as quais são investidas a partir da deliberação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Em âmbito municipal, o FIA é gerido pelo CMDCA, com o apoio (administrativo) dos órgãos encarregados do planejamento e finanças do município, seguindo as regras da Lei nº 4.320/64, bem como as demais normas relativas à gestão de recursos públicos. Algumas de suas fontes de receita são previstas pelo próprio ECA, como é o caso das multas administrativas aplicadas em razão da prática de algumas das infrações tipificadas nos arts. 245 a 258, do ECA (cf. arts. 154 c/c 214, do ECA), das multas impostas em sede de ação civil pública (cf. art. 214, do ECA) e as chamadas "doações subsidiadas" de pessoas físicas ou jurídicas, previstas no art. 260, caput, do ECA, que poderão ser deduzidas do imposto de renda dos doadores até o limite legal de 1% para pessoa jurídica e 6% para pessoa física.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde 2012. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras por 03 (três) anos consecutivos, reajustados pelo IGP-M. Em 2013 a remuneração da Deloitte referente aos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras foi de R\$1.242 mil.

Em 2013 a Companhia também contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços relacionados à auditoria independente no montante total de R\$640 mil, que se referiram basicamente a: (i) elaboração de laudo de acervo líquido contábil referente à incorporação de subsidiária, (ii) emissão de demonstrações financeiras societárias e regulatórias referente as subsidiárias incorporadas (PAC de Incorporação), (iii) emissão de relatório de asseguarção sobre cláusulas restritivas de dívidas (Covenants) e (iv) revisão trimestral dos cálculos decorrente da aplicação do ICPC 01.

Ainda em 2013 a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes, pelo valor de R\$ 72, para a auditoria dos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 (derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011), que foram ajustados em decorrência dos novos pronunciamentos contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2013, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2013 E 2012 - INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

1 - Base de Cálculo		2013		2012		2011	
Receita operacional (RL)		1.447.851		1.126.865		1.126.865	
Resultado líquido (RO)		1.142.152		1.007.480		1.007.480	
Folha de pagamento bruta (FPB)		74.002		54.231		54.231	
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		2.804	3,79%	0,19%	2.178	4,02%	0,19%
Encargos sociais compulsórios		12.874	17,40%	0,89%	10.388	19,15%	0,92%
Previdência privada		1.773	2,40%	0,12%	1.295	2,39%	0,11%
Saúde		3.638	4,92%	0,25%	2.906	5,36%	0,26%
Segurança e saúde no trabalho		164	0,22%	0,01%	119	0,22%	0,01%
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		716	0,97%	0,05%	725	1,34%	0,06%
Creches ou auxílio-creche		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		10.247	13,85%	0,71%	8.095	14,93%	0,72%
Outros		523	0,71%	0,04%	622	1,15%	0,06%
Total - Indicadores sociais internos		32.739	44,24%	2,26%	26.328	48,55%	2,34%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura		1.410	0,12%	0,10%	1.480	0,15%	0,13%
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte		352	0,03%	0,02%	443	0,04%	0,04%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros		300	0,03%	0,02%	250	0,02%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade		2.062	0,18%	0,14%	2.173	0,22%	0,19%
Tributos (excluídos encargos sociais)		190.247	16,66%	13,14%	329.198	32,68%	29,21%
Total - Indicadores sociais externos		192.309	16,84%	13,28%	331.371	32,89%	29,41%
4 - Indicadores Ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		745.543	65,28%	51,49%	830.417	82,43%	73,69%
Total dos investimentos em meio ambiente		745.543	65,28%	51,49%	830.417	82,43%	73,69%

Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

- () não possui metas
- () cumpre de 0 a 50%
- () cumpre de 51 a 75%
- (x) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional		2013	2012
Nº de empregados(as) ao final do período		418	258
Nº de admissões durante o período		151	25
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		24	55
Nº de estagiários(as)		11	14
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		74	40
Nº de mulheres que trabalham na empresa		60	53
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		9,75	1,16%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		116	32
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0,60%	5,00%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		2	1

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2013	2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		3732%	4637%
Número total de acidentes de trabalho		0	1
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa		(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as) + Cipa
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT e segue a OIT	() incentiva e segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção e gerências
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() não são considerados
Quando à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve na empresa	(x) apóia no Procon	() organiza e incentiva na Justiça
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa	na Justiça

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): **Em 2013: 1.630.149** **Em 2012: 1.357.657**
Distribuição do Valor Adicionado (DVA): 11,67% governo 35,03% acionistas 24,25% governo 38,25% acionistas
19,74% retido 29,64% terceiros 5,14% retido 28,99% terceiros
3,92% empregados 3,37% empregados

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	Consolidado			Controladora		
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
Ativos						
<i>Ativos circulantes</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	121.140	538.696	289.683	70.743	123.868
Títulos e valores mobiliários	6	308.615	1.938.765	-	308.615	1.938.765
Clientes	7	156.844	155.073	110.459	147.425	96.055
Ativo financeiro	7	1.065.966	1.006.283	659.014	1.002.265	606.372
Impostos e contribuições sociais	8	81.081	70.711	17.036	60.925	21.271
Instrumentos financeiros derivativos	22	394	967	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	20	12.042	4.245	1.659	18.174	17.943
Outras contas a receber	13	37.533	44.211	46.855	59.568	54.362
Outros ativos	9	4.413	3.723	2.492	4.128	792
Total dos ativos circulantes		1.788.028	3.762.674	1.127.198	1.672.123	2.859.428
<i>Ativos não circulantes</i>						
Títulos e valores mobiliários	6	104.371	149.156	14.385	29.683	47.634
Clientes	7	11.493	-	-	10.865	-
Impostos e contribuições sociais	8	12.126	19.215	-	11.107	-
Outras contas a receber	13	11.303	6.665	754	11.107	4.997
Depósitos judiciais	11	13.510	12.509	7.079	12.122	3.599
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	135.555	281.346	327.577	102.389	281.346
Tributos diferidos	10	-	569	-	-	569
Ativo financeiro	7	5.161.786	5.166.859	3.030.047	4.617.200	2.571.589
Investimento	12	1.885.077	161.733	957.999	2.247.739	2.328.478
Imobilizado	-	22.861	17.456	13.932	22.861	16.837
Intangível	-	7.969	7.294	6.447	7.969	4.855
Total dos ativos não circulantes		7.366.051	5.822.233	4.358.789	7.061.935	5.259.335
Total dos ativos		9.154.079	9.584.907	5.485.987	8.734.063	8.118.763

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	Consolidado			Controladora		
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011						
Destinação da reserva especial como dividendos opcionais		-	-	-	-	-
Aumento do capital social - nova emissão de ações		1.755.000	-	-	-	-
Custo da nova emissão de ações		(25.501)	-	-	-	-
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	(160.000)
Lucro do exercício		-	-	-	-	589.182
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal		-	-	-	-	(29.459)
Reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	(40.438)
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(99.643)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(259.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		3.042.035	594.507	118.526	82.533	4.097.243
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(259.642)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	(210.000)
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	(190.000)
Lucro do exercício		-	-	-	-	892.852
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal		-	-	-	-	(44.643)
Reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	(34.543)
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(25.389)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(145.689)
Reserva especial - expansão		-	-	-	-	(242.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		3.042.035	594.507	163.169	117.076	4.305.064

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida	24	1.447.851	1.126.865	1.259.444
<i>Custos operacionais</i>				
Pessoal e administradores		(30.857)	(26.823)	(30.645)
Material		(133.213)	(27.261)	(105.350)
Serviços de terceiros		(44.013)	(37.473)	(27.282)
Depreciação e amortização		(684)	(611)	(673)
Outros custos operacionais		(9.816)	(3.244)	(8.261)
Resultado antes dos impostos e contribuições		(218.583)	(95.412)	(172.211)
Imposto de renda e contribuição social		1.229.268	1.031.453	1.087.233
Resultado líquido		1.142.151	1.007.485	1.004.092
<i>Despesas gerais e administrativas</i>				
Pessoal e administradores		(43.144)	(27.574)	(43.120)
Serviços de terceiros		(32.394)	(28.954)	(29.246)
Depreciação e amortização		(996)	(1.077)	(996)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(20.583)	(11.532)	(9.779)
Resultado por ação		(87.117)	(69.137)	(83.141)
Outras receitas operacionais		45.169	45.169	45.169
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA		-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e impostos		1.142.151	1.007.485	1.004.092
Resultado de equivalência patrimonial		179.019	43.608	261.937
Receitas financeiras		113.701	146.260	94.177
Despesas financeiras		(483.166)	(393.534)	(416.910)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(369.465)	(247.274)	(322.733)
Resultado antes dos impostos e contribuições		951.705	803.819	943.296
Imposto de renda e contribuição social correntes		(73.509)	(119.523)	(56.895)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		14.656	(95.114)	6.451
Imposto de renda e contribuição social		(58.853)	(214.637)	(50.444)
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores		892.852	589.182	892.852
Ação ordinária - básico (em R\$)	23	0,86391	0,65628	0,86391
Ação preferencial - básico (em R\$)	23	0,86391	0,65628	0,86391
Ação ordinária - diluído (em R\$)	23	0,86391	0,65628	0,86391
Ação preferencial - diluído (em R\$)	23	0,86391	0,65628	0,86391

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Operação e manutenção		415.077	346.285	365.122
Construção e indenização		112.099	20.422	83.926
Remuneração do ativo financeiro		1.050.182	883.854	920.017
Parcela variável e outras receitas	24	(10.376)	(23.566)	(23.038)
Insuficiência dos terceiros		1.566.992	1.226.995	1.361.027
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Benefícios		(209.619)	(93.688)	(161.879)
Despesas gerais, administrativas e outras		(18.254)	(8.999)	(16.248)
Material		(227.873)	(102.687)	(178.127)
Depreciação e amortização		1.339.109	1.124.308	1.182.900
Outros		(1.680)	(1.688)	(1.669)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.337.429	1.122.620	1.181.231
Resultado de equivalência patrimonial	12	179.019	43.608	261.937
Receitas financeiras	25	113.701		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601, 602, 1.002 e 1.003, Centro - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social: Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico. Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados. Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades. Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista. Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias. Controladores diretos - em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tinha como controladores a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu ("FIP Coliseu"). Transferência das ações da Taesa da Cemig GT para a CEMIG - em 24 de outubro de 2013, as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), referentes às emissões descritas a seguir, anuíram, nos termos do artigo 174, § 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, à redução do capital social da Cemig GT de R\$3.296.785 para R\$893.192 em decorrência da transferência das ações de emissão da Companhia para a CEMIG, garantidora das debêntures das emissões, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obtida por meio da Resolução Autorizativa nº 4.108, de 14 de maio de 2013, e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013, observadas as cláusulas VII, item (viii), e X da Escritura de Emissão; (i) 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, em duas séries, para distribuição pública da Cemig GT; e (ii) 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em três séries, para distribuição pública da Cemig GT - 1ª, 2ª e 3ª séries. Após a anuência da operação pelos debenturistas, a transferência das ações da CEMIG GT para a CEMIG foi concluída em 11 de dezembro de 2013 por meio: (i) do termo de cessão de direitos e obrigações do termo de compromisso celebrado entre Fundo de Investimento em Participações Coliseu e Cemig Geração e Transmissão S.A., celebrado entre Cemig Geração e Transmissão S.A. e Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; e (ii) do termo de cessão de direitos e obrigações e de adesão ao acordo de acionistas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., celebrado entre Cemig Geração e Transmissão S.A. e Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Concessões - a seguir encontra-se a relação de todas as concessões em que o Grupo Taesa possui participação direta ou indireta:

	Concessão	Aquisição ou constituição / Contrato de Concessão	Início Término	Participação	Localidade	Km (a)	SE (b)
TAESA	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 09/7/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.069	7
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 09/5/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	31/03/2006 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiania Transmissora de Energia ("Gtesa")	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	51	2
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 08/7/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	135	2
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("EETO")	31/05/2008 04/0/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 08/1/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 01/1/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Sergipe	383	4
CONTROLADAS	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT") (c)	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (d)	18/12/2013	(d)	100%	Minas Gerais	n/a	n/a
CONTROLADAS EM CONJUNTO	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 08/2/2002	18/12/2002 18/02/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte")	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4
COLIGADAS	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 04/2/2001	12/06/2001 20/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	928	5
	Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. ("EETEP")	31/05/2013 004/3/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	324	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 08/8/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 08/5/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	458	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 08/3/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,98%	Santa Catarina	195	3
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,98%	Santa Catarina	51	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EBTE")	31/05/2013 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	772	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE") (c)	31/05/2013 02/5/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE") (c)	31/05/2013 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	5,00%	Minas Gerais	138	1
	Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	4,95%	Minas Gerais	145	-
	Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	4,95%	Minas Gerais	61	1
	Total					9.752	64

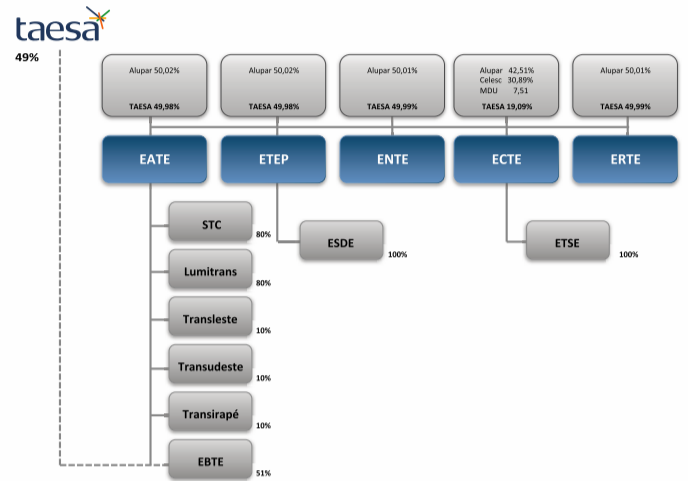
(a) Quilômetros ("Km") oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. (b) As substações ("SE") que pertencem a mais de uma concessão foram contabilizadas apenas uma vez. (c) Subestação em fase de construção. (d) Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") - Em 13 de dezembro de 2013 a Taesa sagrou-se vencedora do Lote A do Leilão ANEEL nº 013/2013, com Receita Anual Permitida no valor de R\$10.990 e deságio de 4,76% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. Para este propósito a Companhia constituiu a Sociedade de Propósito Específico ("SPE") Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A., que receberá a outorga da concessão da linha de transmissão de energia elétrica em 500 kV, com extensão de 85 km no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Itabirito e Vespasiano. A previsão da Administração é que o contrato entre a "MAR" e a ANEEL seja assinado no 1º trimestre de 2014. Controladas, controladas em conjunto e coligadas - a Companhia possui participação societária nas seguintes empresas: • Controladas: ATE III, SGT e MAR. • Controladas em conjunto: ETAU e Brasnorte. • Coligadas: (a) com participação direta - EATE, ECTE, ENTE, ERTE e ETEP; (b) com participação indireta - STC, Lumitrans, ESDE, ETSE, Transleste, Transirapé, Transudeste; e (c) com participação direta e indireta - EBTE. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE". Essas empresas foram adquiridas direta ou indiretamente pela Taesa durante o exercício de 2013, conforme detalhado na nota explicativa nº 2. As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores, domiciliadas no Brasil e com sede nos seguintes Estados: RJ (ATE III, SGT, ETAU e Brasnorte), SC (Lumitrans, STC e ECTE), SP (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, ENTE e ESDE) e MG (Transleste, Transudeste e Transirapé). Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos. Para outras informações, vide nota explicativa nº 12. Incorporações de controladas: • ATE, STE, NTE e UNISA - a Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.845/13, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 17 de janeiro de 2013, anuiu à reestruturação societária da Taesa, mediante a incorporação da STE e ATE na União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. ("UNISA") e ato contínuo da NTE e da UNISA na Taesa, gerando a transferência das respectivas concessões das incorporadas e a transferência do controle societário da ATE II e ATE III, detidas diretamente pela UNISA para a Taesa (controladora indireta dessas empresas). A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa realizada em 31 de janeiro de 2013 aprovou a incorporação, pela Companhia, da UNISA, da ATE, da STE e da NTE nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 14 de dezembro de 2012. A referida operação de reestruturação ocorreu em 31 de janeiro de 2013. A Companhia enviou a ANEEL a documentação comprobatória da operação. • ATE III - a Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.154/13, publicada no DOU em 27 de junho de 2013, anuiu à transferência da ATE II, mediante incorporação desta pela Taesa. As Assembleias Gerais Extraordinárias da ATE II e da Taesa, ambas realizadas em 28 de junho de 2013, aprovaram a incorporação, pela Companhia, da ATE II nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 12 de junho de 2013. A referida operação de reestruturação ocorreu em 28 de junho de 2013. A Companhia enviou à ANEEL a documentação comprobatória da operação. Todas as empresas incorporadas eram controladas diretas da Taesa. As incorporações se justificam na medida em que estão inseridas no contexto de uma reorganização societária com vistas à simplificação da estrutura corporativa e consequente otimização da eficiência na gestão e no aproveitamento da estrutura administrativa e financeira da Companhia. As incorporações não geraram modificação do capital social da Companhia, uma vez que se trata de incorporação de controladas e, consequentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário o estabelecimento de nenhuma relação de troca em decorrência da incorporação. Devido às características das incorporações, não houve direito de retirada nem de reembolso a acionistas dissidentes. Não houve ágio ou deságio no processo, pois todas as incorporações foram feitas por valores de livros e não geraram ganhos nem perdas para o Grupo Taesa. Os ativos e passivos incorporados pela Companhia estão detalhados na nota explicativa nº 29 - Transações que não envolvem caixa. Lei nº 12.783/13 (conversão da Medida Provisória nº 579/12) - aplicabilidade aos contratos de concessão do Grupo Taesa: Exarada pela Presidência da República em 11 de setembro de 2012, a Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783/13, estabelece as medidas para prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. A Lei nº 12.783/13 alcança somente as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987/95, que vencem entre 2015 e 2017. Essas concessões não foram licitadas, tendo em vista que, à época, eram outorgadas mediante a verificação de existência de requerente idôneo ou mediante concorrências públicas para a exploração de serviços de energia elétrica realizados pelo Governo Federal. A referida Lei também estabelece a extinção e redução de determinados encargos setoriais. Nesse contexto, os termos e requerimentos estabelecidos pela Lei nº 12.783/13 não são aplicáveis aos contratos de concessão da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, pelo fato de serem posteriores à publicação da Lei nº 8.987/95, quando ocorreu inclusive o processo de licitação. Esse entendimento é definido pelos próprios termos da Lei e corroborado por parecer de consultor jurídico externo que efetuou sua análise jurídica.

2. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS NÃO CONTROLADAS

Em 31 de maio de 2013, a Companhia efetuou desembolso referente ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a Cemig GT, sua acionista do bloco de controle, e a CEMIG, controladora direta da Cemig GT, no valor de R\$1.691 milhões (correspondente ao valor definido na data do contrato assinado em 17 de maio de 2012 de R\$1.732 milhões, corrigido pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI desde 31 de dezembro de 2011 até a data de conclusão da operação e descontado dos dividendos e juros sobre o capital próprio declarados nesse período), por meio do qual foi transferida a totalidade das participações acionárias detidas anteriormente tanto pela CEMIG, quanto pela Cemig GT, direta ou indiretamente, nas seguintes sociedades concessionárias de transmissão de energia elétrica, pertencentes ao Grupo TBE:

Sociedade	Participação adquirida pela Taesa (direta ou indireta)
Coligadas diretas	
EATE.....	49,98%
ECTE.....	19,09%
ENTE.....	49,99%
ERTE.....	49,99%
EETEP.....	49,98%
EBTE(*).....	49,00%
Coligadas indiretas	
STC.....	39,98%
ESDE.....	49,98%
Lumitrans.....	39,98%
ETSE.....	19,09%
EBTE.....	25,49%

(*) A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui participação indireta na EBTE de 25,49%, por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes. Organograma do Grupo TBE



Devido às características do setor de transmissão de energia, essas empresas adquiridas enquadram-se contabilmente na interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12). Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela ANEEL, e que os contratos de concessão estabelecem um direito contratual incondicional de receber caixa sem nenhum risco de demanda (Receita Anual Permitida - RAP), a Companhia identificou e avaliou o valor justo de cada ativo financeiro adquirido das respectivas empresas com base no que emana da interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, para fins de atendimento ao parágrafo 32 do pronunciamento técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (equivalente à IAS 28 (2012)). A operação envolveu a necessidade de aprovação de todos os acionistas das empresas envolvidas, pois as companhias não estão sob controle comum. Dessa forma, os ativos financeiros das empresas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos mensurados sobre a mais-valia. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão detalhadas nas notas explicativas nº 3.4 e nº 7. Os demais ativos e passivos também foram mensurados a seus valores justos na data de aquisição dessas participações (31 de maio de 2013). Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, salvo se previamente autorizado pela CEMIG. Durante o período supramencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência. Adicionalmente, em 31 de maio de 2013, entraram em vigor as versões adotadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE, por meio dos quais a Companhia detém influência significativa nas empresas do Grupo TBE, e, como tal, essas participações serão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As principais cláusulas desses acordos estão listadas a seguir: a) A Alupar terá o direito de comprar as ações de emissão da "sociedade" (todas as companhias do grupo TBE) pertencentes à Taesa, no caso de a CEMIG deixar de ter o controle ou de participar do bloco de controle da Taesa. b) As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 69%) das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade: • Aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações. • Cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade e criação de sociedades subsidiárias. • Liquidação ou dissolução da referida sociedade. • Alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas. • Participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em "joint ventures" ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza. • Abertura ou fechamento do capital da referida sociedade. • Alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para as deliberações que se referem determinadas matérias. c) A vedação ao acionista de participar de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum. d) O Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes (com exceção dos Conselhos de Administração da ECTE e da EBTE, que terão cinco membros e seus suplentes), e cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 16%, e da EBTE, na qual o percentual é 16,5%) do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar ou pela EATE, conforme o caso, para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas a seguir, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, devendo o Presidente do Conselho de Administração ter o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias a seguir listadas, somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros: • Eleger e distribuir a remuneração dos diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos diretores adicionais às previstas no Estatuto Social. • Aprovar os empréstimos, os financiamentos, a emissão ou a venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral a serem celebradas pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1.350. • Submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social. e) As decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, dois Conselheiros (ou um Conselheiro indicado pela Alupar ou pela Companhia, no caso da ECTE), em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior. f) Ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. g) A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico Comercial (com exceção da Diretoria da ECTE, que terá também um Diretor de Planejamento e Regulação), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição. Enquanto a Alupar, ou a EATE, conforme o caso, detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo Financeiro, e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial. O Grupo Taesa entende que as aquisições complementaram os ativos operacionais existentes, expandindo a área geográfica de operações. Essas empresas operam um total de 3.136 km de linhas de transmissão. A seguir está demonstrado o total dos valores justos das participações diretas adquiridas nessas empresas, classificados no balanço patrimonial como investimentos em coligadas:

Em 31 de maio de 2013	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa.....	35.400
Ativo financeiro.....	5.060.912
Investimentos - participações societárias.....	535.073
Intangível.....	11.556
Outros ativos.....	181.861
	5.824.802
Passivos	
Contas a pagar a fornecedores e outras.....	173.980
Empréstimos e financiamentos.....	193.767
Debêntures.....	661.369
Impostos diferidos.....	2.271.137
	3.553.665
Total dos ativos identificáveis, líquidos.....	47,60%
Participação da Taesa sobre os ativos líquidos adquiridos (*).....	1.691.415
Contraprestação transferida pela aquisição.....	1.691.415

(*) Soma das participações diretas adquiridas pela Companhia nos ativos líquidos de cada empresa adquirida. Na data da aquisição, o valor total do patrimônio líquido contábil das empresas cujas participações diretas foram adquiridas era de R\$2.008.927. As contribuições para o resultado líquido (por meio da aplicação do método de equivalência patrimonial) da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a partir da data de aquisição, referente às empresas adquiridas estão apresentadas na nota explicativa nº 12. O valor do resultado líquido (por meio da aplicação do método de equivalência patrimonial) que seria gerado pelas empresas adquiridas para todo o exercício de 2013, caso as empresas tivessem sido adquiridas no início de exercício, seria de R\$213.740. Aquisição de coligada indireta - em 8 de agosto de 2013, a coligada EATE celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. ("Orteng") para a aquisição de 10% do capital social das transmissoras Companhia Transudeste de Transmissão, Companhia Transleste de Transmissão e Companhia Transirapé de Transmissão ("Transmineiras"). Após cumprimento de todas as condições previstas no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, em 17 de outubro de 2013 a coligada EATE concluiu a operação de aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng, correspondente a 10%, no capital social das Transmineiras, acrescido de outros custos totalizando o montante de R\$33.633.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), identificadas como Consolidado. • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as BR GAAP, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as BR GAAP e, para o caso do Grupo Taesa, essas práticas diferem das IFRSs aplicáveis às demonstrações financeiras separadas em virtude da avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto ("joint ventures") e coligadas pelo método de equivalência patrimonial nas BR GAAP, enquanto para fins de IFRSs seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo Taesa e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Taesa e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado, em um único conjunto de demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração e pelo Conselho Fiscal em 17 de março de 2014.

3.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 22). **3.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir: **a. Ativo financeiro** - A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A TRAF é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão. O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável

é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para a determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão. **b. Receita de operação e manutenção** - As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão. **c. Avaliação de instrumentos financeiros** - A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **d. Impostos, contribuições e tributos** - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de autoridades fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das entidades que compõem a Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior. **e. Recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e a recuperar** - A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. Vide nota explicativa nº 9. **f. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis** - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras. **3.5. Informações por segmento:** O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica. A Companhia realiza atividade de disponibilização de rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelas empresas do Grupo Taesa a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. 4.1. Bases de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Taesa e de suas controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações. A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pelo Grupo Taesa nas demonstrações financeiras da Companhia. O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações. No exercício de 2012, após a aquisição dos 50% remanescente da UNISA em 3 de julho de 2012, tal aquisição impactou as demonstrações financeiras consolidadas da seguinte forma: de janeiro a junho - 50% (contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) e de julho a dezembro - 100% (consolidado linha a linha). Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. 4.2. Investimentos em coligadas e em empreendimentos conjuntos ("joint ventures"): Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle conjunto (joint venture). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture ultrapassa a participação do Grupo nessa coligada ou joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo, que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou joint venture), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou joint venture. Um investimento em uma coligada ou joint venture é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada ou joint venture. Na aquisição do investimento em uma coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido. As exigências da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento do Grupo em uma coligada ou joint venture. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 (equivalente ao CPC 01 (R1)) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (equivalente ao CPC 01 (R1)) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente. Quando uma entidade do Grupo realiza uma transação com uma coligada ou joint venture do Grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada ou joint venture são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo somente na extensão das participações na coligada ou joint venture que não sejam relacionadas ao Grupo. 4.3. Combinações de negócios: Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo Taesa utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade a fim de obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo Taesa leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis. Em combinação de negócios realizada em estágios, a Companhia mensura novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e reconhece no resultado do exercício o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultados abrangentes, conforme apropriado. O Grupo Taesa mensura o ágio na data de aquisição como o valor da contraprestação transferida mais o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida, em que o Grupo Taesa incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos. 4.4. Moeda estrangeira: Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. 4.5. Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros não derivativos: O Grupo Taesa reconhece os empréstimos e depósitos e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Taesa não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo Taesa reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. O Grupo Taesa classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo Taesa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo Taesa. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. (ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. (iii) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Correspondem aos instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, para os quais o Grupo tem intenção positiva e capacidade de manter tais investimentos até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. b. Passivos financeiros não derivativos: O Grupo Taesa reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo Taesa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Taesa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. c. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia, por meio da sua subsidiária ATE III, opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras do contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, conforme nota explicativa nº 22. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações são contabilizadas no resultado (na rubrica "Resultado financeiro"). Embora o Grupo Taesa faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não é aplicada a contabilização de "hedge" ("hedge accounting"). O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 22. 4.6. Imobilização: a. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilização. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado. A Companhia registra como imobilização somente os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. b. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas médias ponderadas de depreciação utilizadas para os itens de imobilizado são as seguintes: Edifícios - 4%, Máquinas e equipamentos - 4,5%, Edificações, obras civis e benfeitorias - 3,7%, Móveis e utensílios - 11%, e Veículos - 24%. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social. 4.7. Intangível: a. Reconhecimento e mensuração: Os ativos intangíveis compreendem: • Intangível de concessão referente à alocação da mais-valia nas combinações de negócios registradas pela Companhia já considerando o valor alocado ao ativo financeiro e o registro dos impostos diferidos, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. • Softwares - mensurados pelo custo total de aquisição, menos despesas de amortização. • Marcas e patentes - registradas pelo custo de aquisição. A Companhia registra como intangível somente os ativos intangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. b. Amortização: A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média ponderada de amortização utilizada para os itens de intangível com vida útil definida é a seguinte: softwares - 20% e intangíveis de concessão - 4,96%. 4.8. Redução ao valor recuperável ("impairment"): a. Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma indicação de um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo Taesa sobre condições de que o Grupo Taesa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados. b. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado: O Grupo Taesa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado quanto no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados de forma coletiva quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de riscos similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo Taesa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados. c. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Taesa, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação

para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou "Unidade Geradora de Caixa - UGC" exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com a IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs) e subsequentemente na redução dos outros ativos dessa UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados. 4.9. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis: Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se o Grupo Taesa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. 4.10. Capital social: a. Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. b. Ações preferenciais - Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Dividendos adicionais propostos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação da Administração da Companhia e reconhecidos como passivo quando da aprovação dos acionistas em assembleia. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. 4.11. Receita operacional: Receita operacional proveniente de Contratos de Concessão - de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12) e a orientação técnica OCPC - 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Com base nesse modelo, a RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear. As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente à IAS 18) e interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção. Com base no exposto anteriormente, o Grupo Taesa reconhece suas receitas quando o valor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo Taesa. As principais fontes de receita do Grupo Taesa estão descritas a seguir: • Receita de remuneração do ativo financeiro a ser reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento e definida no início de cada concessão. • Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear e mensurada no início de cada concessão e com base no que dita o pronunciamento técnico CPC 30 (R1) (equivalente à IAS 18). • Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada com as construções das linhas de transmissão e com as expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos. 4.12. Subvenção e assistência governamentais: As subvenções que têm o objetivo de compensar o Grupo Taesa por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas relacionadas são incorridas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, e demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, quando realizada a destinação do resultado do exercício. 4.13. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais, líquidas dos saldos em conta-corrente em dólar norte-americano e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com moedas e variações monetárias, líquidas, sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias, variações cambiais, líquidas dos passivos em moeda estrangeira, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis) e perdas nos instrumentos de "hedge". Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. 4.14. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por imposto de renda, e 30% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 90% do lucro real. Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substancialmente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseado-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Estando a Companhia sujeita ao Regime Tributário de Transição - RTT, deve eliminar os ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 e de diversos PCPs, a fim de restabelecer as regras vigentes a partir de 31 de dezembro de 2007. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. **Medida provisória nº 627/2013** - No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos, até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. Considerando o seu atual nível de operação e o texto corrente da referida legislação, caso a MP seja adotada como regra apenas para 2015, os principais itens que podem afetar a posição patrimonial da Companhia são: (i) Tributação dos dividendos efetivamente pagos até a data da promulgação da MP e gerados a partir de 1º janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2013, superior ao valor de balanço determinado com base nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (previsto na Instrução Normativa nº 1.397/13, emitida em 17 de setembro de 2013. A Companhia vem distribuindo substancialmente todos os lucros auferidos desde 1º de janeiro de 2008, ajustado pelas reservas legal e de incentivo fiscal destinadas nesse período; (ii) Inexistência de previsão explícita para diferir o resultado auferido durante a fase de construção da infraestrutura da concessão, cuja contrapartida é registrada no Ativo Financeiro (aplicável exclusivamente às novas concessões a serem adquiridas a partir da vigência da MP 627/2013); e (iii) Créditos de PIS e COFINS sobre a aquisição de bens e insumos referentes aos investimentos (construção, reforma ou ampliação) nas linhas de transmissão ou subestação conforme contratos assinados com a ANEEIA Companhia também entende que não há informação disponível suficiente para concluir sobre eventual impacto na liquidação financeira das diferenças temporárias no tratamento fiscal decorrente do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía um saldo consolidado de impostos diferidos passivos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) no montante de R\$696 milhões. A administração aguarda a evolução e tratamentos das emendas ao texto original da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária. 4.15. Resultado por ação: O resultado por ação básica é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações em circulação no respectivo período ajustada para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. 4.16. Plano de previdência privada (contribuição definida): Os pagamentos ao plano de previdência privada na categoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados, ou seja, quando a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz presta serviços de gestão do Plano de Benefícios Previdenciários. 4.17. Demonstrações do valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores atípicos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 4.18. Demonstrações dos fluxos de caixa: A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto classificam nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais. 4.19. Arrendamento operacional: Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 4.20. Normas e interpretações novas e revisadas: 4.20.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passam a ser aplicáveis a partir das novas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores. • IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Financeiras Consolidadas. • IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo. • Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. • IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados. • IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas. • Modificações às IFRSs - Ciclos de Melhorias Anuais aos 2009-2011. • IFRS 20 - Custos de Remoção na Fase de Produção de Uma Mina de Superfície. • Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros. 4.20.2. Aplicação das normas novas e revisadas que tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual e em exercícios anteriores. • IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em Conjunto. • IFRS 12 (CPC 45) - Divulgações de Participações em Outras Entidades. • IAS 28 revisada em 2011 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas e em Empreendimento Controlado em Conjunto. A adoção dessas novas normas a partir de 1º de janeiro de 2013 resultou em alterações relevantes na forma de contabilização dos investimentos mantidos pelo Grupo Taesa nas controladas em conjunto Brasnorte e ETAU, que até 31 de dezembro de 2012 eram contabilizados utilizando o método de consolidação proporcional, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto ("Joint Venture"), equivalente à IAS 31. De acordo com a IFRS 11, os empreendimentos controlados em conjunto são classificados entre "joint ventures" e "joint operations" e contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas pelos métodos de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente. As controladas em conjunto Brasnorte e ETAU são classificadas de acordo com a IFRS 11 como "joint ventures" e, portanto, foram registradas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 (até 30 de junho de 2012, a UNISA, além da ETAU e da Brasnorte, também era uma controlada em conjunto do Grupo Taesa. Vide nota explicativa nº 12). Cabe ressaltar que, em 31 de dezembro de 2013, o Grupo Taesa não possuía outras participações em empresas controladas em conjunto além das anteriormente mencionadas. Conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalentes à IAS 8 e IAS 1, respectivamente), essas alterações também foram aplicadas de forma retrospectiva nas demonstrações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras. Conseqüentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.21. Não houve impacto na controladora em decorrência da adoção desses novos pronunciamentos. 4.20.3. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas: O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas descritas a seguir, já emitidas, porém ainda não efetivas: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b). • Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b). • IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas (c). • Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento (a). • Modificações às IFRSs - Ciclos de Melhorias Anuais aos 2010-2012 e 2011-2013 (a). • Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento (a). • Modificações à IAS 32 (CPC 39) - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a). • Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros (a). • Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilização de hedge (a). • IFRIC 21 - Taxas do Governo (a). Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após: (a) 1º de janeiro de 2014. (b) 1º de janeiro de 2015. (c) 1º de janeiro de 2016. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para todas as IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Não são esperados impactos relevantes na adoção dessas novas normas, com exceção da IFRS 9. Os impactos decorrentes da adoção da IFRS 9 podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo Taesa; no entanto, estes ainda estão sob a avaliação da Administração da Companhia. 4.21. Reclassificação e adoção das IFRSs novas e revisadas: Conforme detalhado na nota explicativa nº 4.20.2, a adoção das IFRSs novas e revisadas também foi aplicada de forma retrospectiva nas demonstrações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras. Conseqüentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012, as demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo considerado de abertura do balanço patrimonial foi o de 1º de janeiro de 2012, de acordo com o CPC 23 (IAS 8). A adoção das IFRSs não impactaram as demonstrações consolidadas do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido. Não houve impacto na controladora em decorrência da adoção desses novos pronunciamentos. A Companhia também identificou as seguintes reclassificações aplicáveis às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios anteriores: a) Reclassificações nas demonstrações dos fluxos de caixa entre linhas na rubrica "Atividades operacionais" para melhor apresentação da Provisão de Parcela Variável no valor de R\$59.585 no Consolidado e R\$5.585 na Controladora, que não impactaram o resultado da Companhia e estavam apresentadas líquidas na variação dos saldos ativos e passivos operacionais e não como um ajuste ao lucro. b) Em 2013, a Companhia passou a apresentar suas aplicações financeiras (avaliadas a valor justo e mantidas até o vencimento) e depósitos vinculados em uma única rubrica, "Títulos e valores mobiliários", para melhor apresentação desses saldos. Dessa forma, os saldos de 31 de dezembro de 2012 (R\$2.087.921 no consolidado e R\$1.986.399 na controladora) e de 1º de janeiro de 2012 (R\$14.385 no consolidado) foram reapresentados para fins de comparação. c) Em 2013, a Companhia passou a apresentar o resultado de Parcela Variável - PV no valor total de R\$5(24.000) no consolidado e R\$(11.696) na controladora em na linha de outras receitas ("Parcela variável e outras receitas"), para melhor apresentação desses valores no grupo de receita operacional líquida. Dessa forma, os valores apresentados na nota explicativa nº 24 e na demonstração do valor adicionado de 31 de dezembro de 2012 foram reapresentados para fins de comparação. Essas reclassificações não impactaram a demonstração de resultados individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido. A seguir, as demonstrações financeiras comparativas reapresentadas considerando as reclassificações e a adoção das IFRSs novas e revisadas mencionadas anteriormente.



Balço patrimonial	Consolidado		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa.....	543.266	(4.570)	538.696
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo.....	1.877.000	(1.877.000)	-
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados.....	61.765	(61.765)	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	1.938.765	1.938.765
Cientes.....	157.885	(2.812)	155.073
Ativo financeiro.....	1.023.734	(17.451)	1.006.283
Impostos e contribuições sociais.....	71.041	(330)	70.711
Dividendos a receber.....	-	4.245	4.245
Outras contas a receber.....	44.612	(401)	44.211
Outras contas não afetadas.....	4.690	-	4.690
Total dos ativos circulantes.....	3.783.993	(21.319)	3.762.674
<i>Ativos não circulantes</i>			
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados.....	151.013	(151.013)	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	149.156	149.156
Outras contas a receber.....	6.738	(73)	6.665
Depósitos judiciais.....	12.699	(190)	12.509
Impostos e contribuições diferidos.....	281.425	(79)	281.346
Ativo financeiro.....	5.356.531	(189.672)	5.166.859
Investimento.....	-	161.733	161.733
Outras contas não afetadas.....	43.965	-	43.965
Total dos ativos não circulantes.....	5.852.371	(30.138)	5.822.233
Total dos ativos.....	9.636.364	(51.457)	9.584.907
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores.....	26.692	(275)	26.417
Empréstimos e financiamentos.....	166.355	(7.839)	158.516
Taxas regulamentares.....	52.126	(679)	51.447
Impostos e contribuições sociais.....	22.078	(530)	21.548
Outras contas a pagar.....	22.825	(638)	22.187
Ativo financeiro.....	5.356.531	(189.672)	5.166.859
Investimento.....	-	161.733	161.733
Outras contas não afetadas.....	43.965	-	43.965
Total dos passivos circulantes.....	652.923	(9.961)	642.962
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos.....	921.967	(25.147)	896.820
Impostos e contribuições diferidos.....	166.685	(2.551)	164.134
Tributos diferidos.....	326.076	(12.691)	313.385
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.....	3.122	(169)	2.953
Outras contas a pagar.....	48.848	(938)	47.910
Outras contas não afetadas.....	3.419.500	-	3.419.500
Total dos passivos não circulantes.....	4.886.198	(41.496)	4.844.702
Total do patrimônio líquido.....	4.097.243	-	4.097.243
Total dos passivos e do patrimônio líquido.....	9.636.364	(51.457)	9.584.907

Balço patrimonial	Consolidado		
	01/01/2012 (Publicado)	01/01/2012 Ajuste	01/01/2012 (Reapresentado)
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa.....	495.406	(205.723)	289.683
Cientes.....	138.187	(27.728)	110.459
Ativo financeiro.....	820.544	(161.530)	659.014
Impostos e contribuições sociais.....	61.399	(44.363)	17.036
Dividendos a receber e outros ativos.....	-	1.659	1.659
Outras contas a receber e outros ativos.....	41.213	8.134	49.347
Total dos ativos circulantes.....	1.556.749	(429.551)	1.127.198
<i>Ativos não circulantes</i>			
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados.....	58.559	(58.559)	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	14.385	14.385
Outras contas a receber.....	3.537	(2.783)	754
Depósitos judiciais.....	9.781	(2.702)	7.079
Impostos e contribuições diferidos.....	327.597	(20)	327.577
Tributos diferidos.....	381	188	569
Ativo financeiro.....	4.215.380	(1.185.333)	3.030.047
Investimento.....	-	957.999	957.999
Imobilizado.....	13.940	(8)	13.932
Outras contas não afetadas.....	6.447	-	6.447
Total dos ativos não circulantes.....	4.635.622	(276.833)	4.358.789
Total dos ativos.....	6.192.371	(706.384)	5.485.987
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores.....	33.009	(18.771)	14.238
Empréstimos e financiamentos.....	1.274.685	(61.837)	1.212.848
Taxas regulamentares.....	39.435	(6.621)	32.814
Impostos e contribuições sociais.....	13.961	(6.852)	7.109
Outras contas a pagar.....	38.637	(27.567)	11.070
Instrumentos derivativos.....	632	(632)	-
Outras contas não afetadas.....	247.532	-	247.532
Total dos passivos circulantes.....	1.647.891	(122.280)	1.525.611
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos.....	580.708	(486.456)	94.252
Impostos e contribuições diferidos.....	53.864	(8.611)	45.253
Tributos diferidos.....	188.237	(84.274)	103.963
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.....	949	(609)	340
Outras contas a pagar.....	33.553	(4.154)	29.399
Outras contas não afetadas.....	1.434.697	-	1.434.697
Total dos passivos não circulantes.....	2.292.008	(584.104)	1.707.904
Total do patrimônio líquido.....	2.252.472	-	2.252.472
Total dos passivos e do patrimônio líquido.....	6.192.371	(706.384)	5.485.987

Balço patrimonial	Controladora		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo.....	1.877.000	(1.877.000)	-
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados.....	61.765	(61.765)	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	1.938.765	1.938.765
Outras contas não afetadas.....	920.663	-	920.663
Total dos ativos circulantes.....	2.859.428	-	2.859.428
<i>Ativos não circulantes</i>			
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados.....	47.634	(47.634)	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	47.634	47.634
Outras contas não afetadas.....	5.211.701	-	5.211.701
Total dos ativos não circulantes.....	5.259.335	-	5.259.335
Total dos ativos.....	8.118.763	-	8.118.763
Passivos			
Outras contas não afetadas.....	446.339	-	446.339
Total dos passivos circulantes.....	446.339	-	446.339
<i>Passivos não circulantes</i>			
Outras contas não afetadas.....	3.575.181	-	3.575.181
Total dos passivos não circulantes.....	3.575.181	-	3.575.181
Total do patrimônio líquido.....	4.097.243	-	4.097.243
Total dos passivos e do patrimônio líquido.....	8.118.763	-	8.118.763

Demonstração do resultado	Consolidado		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Receita operacional líquida.....	1.223.676	(96.811)	1.126.865
Pessoal e administradores.....	(27.180)	357	(26.823)
Material.....	(28.653)	1.392	(27.261)
Serviços de terceiros.....	(49.755)	12.282	(37.473)
Depreciação e amortização.....	(707)	96	(611)
Outros custos operacionais.....	(2.528)	(716)	(3.244)
Custos operacionais.....	(108.823)	13.411	(95.412)
Lucro bruto.....	1.114.853	(83.400)	1.031.453
Pessoal e administradores.....	(27.685)	278	(27.407)
Serviços de terceiros.....	(32.138)	3.184	(28.954)
Depreciação e amortização.....	(1.077)	-	(1.077)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	(11.878)	179	(11.699)
Despesas operacionais.....	(72.778)	3.641	(69.137)
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA.....	45.169	-	45.169
Outras receitas operacionais.....	45.169	-	45.169
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos.....	1.087.244	(79.759)	1.007.485
Resultado de equivalência patrimonial.....	-	43.608	43.608
Receitas financeiras.....	155.627	(9.367)	146.260
Despesas financeiras.....	(433.931)	40.397	(393.534)
Receitas (despesas) financeiras líquidas.....	(278.304)	31.030	(247.274)
Resultado antes dos impostos e das contribuições.....	808.940	(5.121)	803.819
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(132.648)	13.125	(119.523)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(87.110)	(8.004)	(95.114)
Imposto de renda e contribuição social.....	(219.758)	5.121	(214.637)
Lucro do exercício.....	589.182	-	589.182
Resultado por ação ordinária - básico em R\$.....	0,65628	-	0,65628
Resultado por ação preferencial - básico em R\$.....	0,65628	-	0,65628
Resultado por ação ordinária - diluído em R\$.....	0,65628	-	0,65628
Resultado por ação preferencial - diluído em R\$.....	0,65628	-	0,65628

Demonstração dos fluxos de caixa	Consolidado		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício.....	589.182	-	589.182
Ajustes para:			
Resultado de equivalência.....	-	(43.608)	(43.608)
Depreciação e amortização.....	1.784	(96)	1.688
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.....	174	2.439	2.613
Crédito tributário reconhecido no exercício - COFINS.....	(12.284)	-	(12.284)
Variações cambiais líquidas - contas correntes em dólar.....	(6.203)	159	(6.044)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos.....	223.376	(40.556)	182.820
Juros e variações monetárias sobre debêntures.....	202.608	-	202.608
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	132.648	(13.125)	119.523
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	87.110	8.004	95.114
Tributos diferidos.....	4.012	194	4.206
Remuneração do ativo financeiro.....	(958.126)	74.272	(883.854)
Provisão para parcela variável.....	-	9.585	9.585
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA.....	(45.169)	-	(45.169)
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução em clientes.....	7.434	(9.748)	(2.314)
Redução do ativo financeiro.....	948.210	(100.009)	848.201
(Aumento) redução no saldo de impostos e contribuições sociais ativos líquido do passivo.....	44.849	(65.234)	(20.385)
Aumento no saldo de outros créditos.....	(7.539)	19.485	11.946
Redução no saldo de fornecedores.....	(9.056)	15.025	5.969
Aumento no saldo de taxas regulamentares.....	6.912	163	7.075
Aumento no saldo de outras contas a pagar.....	(24.597)	(3.992)	(28.589)
Dividendos recebidos de controladas em conjunto.....	-	861	861
Caixa gerado pelas atividades operacionais.....	1.185.325	(146.181)	1.039.144
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(150.666)	75.937	(74.729)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....	1.034.659	(70.244)	964.415
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao valor justo (circulante).....	(1.877.000)	1.877.000	-
(Aumento) no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado (circulante e não circulante).....	(103.329)	103.329	-
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários.....	-	(1.978.117)	(1.978.117)
Adições no imobilizado e intangível.....	(6.127)	108	(6.019)
Aquisição de coligada e controladas, líquida do caixa adquirido.....	(658.874)	-	(658.874)
Caixa oriundo da consolidação da UNISA.....	-	217.319	217.319
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(2.645.330)	219.639	(2.425.691)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos.....	809	(82)	727
Emissão de debêntures.....	2.157.463	-	2.157.463
Captação de notas promissórias.....	904.839	-	904.839
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal.....	(128.260)	32.796	(95.464)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros.....	(61.468)	19.597	(41.871)
Pagamento de notas promissórias - principal.....	(2.068.643)	(553)	(2.069.196)
Pagamento de notas promissórias - juros.....	(141.842)	-	(141.842)
Pagamento de debêntures - juros.....	(145.332)	-	(145.332)
Emissão de ações na controladora.....	1.729.499	-	1.729.499
Pagamento de dividendos.....	(588.534)	-	(588.534)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento.....	1.658.531	51.758	1.710.289
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa.....	47.860	201.153	249.013
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa.....	495.406	(205.723)	289.683
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa.....	543.266	(4.570)	538.696
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa.....	47.860	201.153	249.013

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício.....	589.182	-	589.182
Ajustes para:			
Resultado de equivalência.....	(249.307)	-	(249.307)
Depreciação e amortização.....	1.657	-	1.657
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.....	544	-	544
Crédito tributário reconhecido no exercício - COFINS.....	(12.284)	-	(12.284)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos.....	134.065	-	134.065
Juros e variações monetárias sobre debêntures.....	202.608	-	202.608
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	70.989	-	70.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	58.294	-	58.294
Tributos diferidos.....	(4.127)	-	(4.127)
Remuneração do ativo financeiro.....	(546.680)	-	(546.680)
Provisão para parcela variável.....	-	9.584	9.584
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA.....	(45.169)	-	(45.169)

Demonstração do valor adicionado	Controladora		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Receitas			
Operação e manutenção.....	261.412	11.696	273.108
Construção e indenização.....	6.857	-	6.857
Remuneração do ativo financeiro.....	546.680	-	546.680
Parcela variável e outras receitas.....	841	(11.696)	(10.855)
	815.790	-	815.790
Insumos adquiridos de terceiros (incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(45.988)	-	(45.988)
Despesas gerais, administrativas e outras.....	(4.526)	-	(4.526)
	(50.514)	-	(50.514)
Valor adicionado bruto	765.276	-	765.276
Depreciação, amortização e exaustão	(1.657)	-	(1.657)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	763.619	-	763.619
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado da equivalência patrimonial.....	249.307	-	249.307
Receitas financeiras.....	120.644	-	120.644
Outras.....	45.169	-	45.169
Valor adicionado total a distribuir	1.178.739	-	1.178.739
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta.....	27.682	-	27.682
Benefícios.....	14.852	-	14.852
FGTS.....	1.747	-	1.747
	44.281	-	44.281
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL).....	201.349	-	201.349
Estaduais.....	3.325	-	3.325
Municipais.....	142	-	142
	204.816	-	204.816
Remuneração de capitais de terceiros			
Encargos de dívidas, variações monetária e cambial, líquidas.....	336.673	-	336.673
Outras.....	3.787	-	3.787
	340.460	-	340.460
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos intercalares pagos.....	160.000	-	160.000
Reserva legal.....	29.459	-	29.459
Reserva de incentivo fiscal.....	40.438	-	40.438
Dividendos obrigatórios.....	99.643	-	99.643
Dividendos adicionais propostos.....	259.642	-	259.642
	589.182	-	589.182
Valor adicionado total distribuído	1.178.739	-	1.178.739

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Caixa e bancos.....	7.044	53.545	287	345
Aplicações financeiras.....	114.096	485.151	70.456	123.523
	121.140	538.696	70.743	123.868

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com o compromisso de recompra do título pela instituição financeira, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras do Grupo são realizadas substancialmente por meio do Fundo Pampulha, fundo de investimento exclusivo dos Grupos Taesa e CEMIG. Em 31 de dezembro de 2013 a rentabilidade média das aplicações financeiras do Grupo Taesa foi de aproximadamente 103,4% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2012). A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgadas na nota explicativa nº 22.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
CDs, operações compromissadas e debêntures.....	75.259	1.431.256	75.259	1.422.148
Títulos financeiros - bancos privados.....	174.422	267.194	174.422	267.194
Títulos públicos.....	78.690	288.187	78.690	288.187
Depósitos vinculados e outros (*).....	74.688	89.929	-	-
Outros.....	9.927	11.355	9.927	8.870
	412.986	2.087.921	338.298	1.986.399
Ativo circulante.....	308.615	1.938.765	308.615	1.938.765
Ativo não circulante.....	104.371	149.156	29.683	47.634
	412.986	2.087.921	338.298	1.986.399

(*) Saldo composto por contas-reserva (depósitos à vista mantidos em conta-corrente em moedas nacional e estrangeira - dólar norte-americano) e aplicações financeiras mantidas em fundos de investimento (Santander Títulos Públicos, Santander Soberano DI, Fundo Bradesco FIC Referencial DI Federal e Target Bradesco) para garantia dos financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As contas-reserva e aplicações financeiras vinculadas aos contratos de financiamentos liquidados antecipadamente em 2013 (vide nota explicativa nº 15) foram liberadas e resgatadas pelo Grupo. As aplicações financeiras do Grupo são realizadas substancialmente por meio do Fundo Pampulha. Em 31 de dezembro de 2013, a rentabilidade média das aplicações financeiras do Grupo Taesa foi de aproximadamente 103,4% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2012). A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgadas na nota explicativa nº 22, assim como a classificação desses títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil.

7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

I - Clientes

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Clientes.....	169.942	164.658	159.440	105.640
Parcela variável (*).....	(1.605)	(9.585)	(1.150)	(9.585)
	168.337	155.073	158.290	96.055
Circulante.....	156.844	155.073	147.425	96.055
Não circulante.....	11.493	-	10.865	-
	168.337	155.073	158.290	96.055

(*) Refere-se à parcela variável, em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia nos exercícios de 2013 e 2012, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. A seguir, o quadro detalhado com a movimentação no exercício referente à parcela variável:

	Valores				
	2012 (Reapresentado)	Adição	Reversão	descontos	2013
Consolidado.....	(9.585)	(33.510)	22.068	19.422	(1.605)
Controladora.....	(9.585)	(32.410)	21.727	19.118	(1.150)

A seguir, a composição do saldo de clientes por vencimento:

	Saldos a vencer		Vencidos há mais de 90 dias		2013		2012	
	até 90 dias	Vencidos até 90 dias	até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2013	2012	2013	2012
Consolidado.....	157.238	628	12.076	169.942	169.942	164.658	155.073	158.290
Controladora.....	147.451	596	11.393	159.440	159.440	105.640	96.055	96.055

Os saldos vencidos há mais de 90 dias referem-se basicamente aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Taesa na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos. Por esse motivo, em 2013, o saldo foi reclassificado para o ativo não circulante. A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisões para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 22.

II - Ativo financeiro:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Circulante.....	1.065.966	1.006.283	1.002.265	606.372
Não circulante.....	5.161.786	5.166.859	4.617.200	2.571.589
	6.227.752	6.173.142	5.619.465	3.177.961

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", em cuja composição foram observados os valores à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 6% e 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo Taesa registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$1.050.182 (R\$883.854 em 31 de dezembro de 2012). Na controladora, o efeito em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$920.017 (R\$546.680 em 31 de dezembro de 2012). A seguir, a movimentação do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Ativo financeiro	TRAF (a)	Incorporação e transferências (b)		Juros, atualização monetária e outros		Recebimentos	
		2012 (Reapresentado)	Adição (d)	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
TSN.....	14%	969.338	74.593	-	183.602	(218.052)	1.009.481
Munirah.....	13%	94.411	-	-	17.453	(17.280)	94.584
Gtesa.....	12%	31.933	-	-	5.275	(5.613)	31.593
Patesa.....	11%	79.481	255	-	13.224	(13.377)	79.585
ETEO.....	11%	488.037	42	-	78.284	(102.377)	463.986
NVT.....	15%	1.514.761	1.251	-	295.036	(312.996)	1.498.052
NTE.....	15%	-	415	-	83.570	(83.603)	441.608
STE.....	10%	-	432	-	48.653	(47.204)	325.487
ATE.....	10%	-	165	-	96.165	(86.342)	671.750
ATE II.....	9%	-	6.773	-	98.755	(66.800)	1.003.339
Total controladora.....		3.177.961	83.926		2.391.205	920.017	(953.644)
UNISA.....	10%	2.549.070	2.010	-	18.275	(27.688)	-
NTE.....	15%	443.378	-	-	5.194	(7.346)	-
ATE I.....	9%	-	5.227	-	35.214	(60.038)	-
ATE III.....	7%	-	-	-	171.080	(58.955)	584.216
SGT.....	6%	2.733	20.936	-	402	-	24.071
Total consolidado.....		6.173.142	112.099		1.050.182	(1.107.671)	6.227.752

Ativo financeiro	TRAF (a)	2011 (Reapresentado)	Adição (e)	Aquisição UNISA (c)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	2012 (Reapresentado)
TSN.....	14%	994.917	6.630	-	168.726	(200.935)	969.338
Munirah.....	13%	94.378	-	-	13.931	(13.898)	94.411
Gtesa.....	12%	31.715	-	-	5.714	(5.496)	31.933
Patesa.....	11%	78.394	-	-	13.888	(12.801)	79.481
ETEO.....	11%	499.529	227	-	72.988	(84.707)	488.037
NVT.....	15%	1.541.641	181	-	271.433	(298.494)	1.514.761
Total controladora.....		3.240.574	7.038		546.680	(616.331)	3.177.961
UNISA.....	10%	-	10.859	2.448.428	255.891	(166.108)	2.549.070
NTE.....	15%	448.487	-	-	81.257	(86.367)	443.378
SGT.....	6%	-	2.707	-	26	-	2.733
Total consolidado.....		3.689.061	20.604	2.448.428	883.854	(868.806)	6.173.142

(a) Refere-se à taxa de remuneração do ativo financeiro definida na nota explicativa nº 3.4, item a. (b) Refere-se às transferências decorrentes dos processos de incorporação ocorridos em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Vide nota explicativa nº 1. (c) Refere-se à combinação de negócios relativa à aquisição dos 50% remanescentes da UNISA. Outras informações sobre essa operação estão detalhadas na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras de 2012, publicadas em 27 de março de 2013. (d) As principais adições no ano de 2013 estão relacionadas aos reforços ou concessão em fase de construção descritos a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
TSN SE Sapeaçu	Reforço referente a um compensador estático - CE para a SE Sapeaçu 230 kV.	Resolução Autorizativa nº 2.946, de 07/06/2011.	R\$7,5 milhões	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Previsão de energização e início de operação: 30 de abril de 2014	Portaria MME nº 437, de 14/07/2011, e Ato Declaratório Executivo nº 203, de 23/11/2011.
ATE II SE São João do Piauí	Reforço referente a instalação do banco de reatores manobrável em 500 kV, 3x60 (180) Mvar.	Resolução Autorizativa nº 3.029, de 09/08/2011.	R\$2,4 milhões	20 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Conclusão da obra e início da operação: 09 de junho de 2013.	Portaria MME nº 545, de 21/09/2011, e Ato Declaratório Executivo nº 44, de 26/04/2012.
TSN SE Sapeaçu	Reforço referente a instalação do terceiro banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV - 3x200 MVA, conexões e complementações de infraestrutura geral e instalação de um disjuntor e uma chave seccionadora para complementar a CT 500 kV para o AT 05T1 e complementações de infraestrutura geral.	Resolução Autorizativa nº 3.323, de 31/01/2012.	R\$5,2 milhões	21 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Previsão de energização e início de operação: 30 de abril de 2014.	Portaria MME nº 160, de 21/03/2012, e Ato Declaratório Executivo nº 188, de 23/08/2012.
SGT SE São Gotardo 2	Concessão em fase de construção conforme Contrato de Concessão nº 024/12 - ANEEL	Aviso de Adjudicação e Homologação Leilão nº 5/12 - ANEEL.	R\$3,7 milhões	18 meses após assinatura do contrato de concessão de transmissão. Conclusão da obra e início de operação em 18 de março de 2014. (*)	Portaria MME nº 128, de 08/10/2012 e Ato Declaratório Executivo nº 239, de 19/11/2012.

(*) De acordo com o contrato de concessão assinado entre a Companhia e a SGT, a data prevista para conclusão da subestação era 28 de fevereiro de 2014, porém a Companhia concluiu a obra em 18 de março de 2014 e as penalidades previstas em contrato provisionadas na SGT. **Novos reforços** - em 3 de outubro de 2013, foi publicada no DOU a Resolução Autorizativa nº 4.347, que autorizou a implantação de reforços sob a responsabilidade de diversas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, entre as quais a Taesa (ATE, ATE II, NTE, STE, Novotrans, TSN) e a ATE III, conforme descrito a seguir:

Concessão	Subestação	Reforço	Prazo para implantação após publicação Res. ANEEL (meses)	Enquadramento Res. Normativa nº 443/11
Taesa (Novatrans)	SE SAMAMBAIA 500 KV	Instalação de novo hardware e parametrização do software da base de dados do sistema de supervisão e controle do Centro de Operação Taesa.	Até 12	VII
Taesa (TSN)	SE RIO DAS ÉGUAS 500 KV	Instalar disjuntor e chave seccionadora para complementar o módulo de conexão da LT 500 kV Rio das Éguas - Serra da Mesa II.	Até 18	IV
Taesa (TSN)	SE RIO DAS ÉGUAS 500 KV	Instalar disjuntor e chave seccionadora para complementar o módulo de conexão do reator de barra.	Até 18	IV
Taesa (ATE)	SE ASSIS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de Servidores e IHMS SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII
Taesa (ATE II)	SE COLINAS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de servidores e IHMS SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII
ATE III	SE COLINAS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de servidores e IHMS SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII
Taesa (NTE)	SE ANGELIM II 500 KV	Instalação de novo hardware e parametrização do software da base de dados do sistema de supervisão e controle da NTE.	Até 12	VII
Taesa (STE)	SE SANTO ÂNGELO 230 KV	Desenvolvimento e implantação de servidores e IHMS SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII

(e) As principais adições no ano de 2012 estão relacionadas aos reforços ou concessão em fase de construção descritos a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
TSN SE Ibiçara	Reforço referente a dois disjuntores para a SE de 500 kV de Ibiçara para adequação do arranjo de barramento	Resolução Autorizativa nº 2.946, de 07/06/2011.	R\$1,7 milhão	18 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Projeto concluído em setembro de 2012.	Portaria MME nº 437, de 14/07/2011, e Ato Declaratório Executivo nº 20

a Taesa possui uma participação indireta de 19,09%. (vi) A EATE possui 9,90% de participação da TRANSUDESTE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%. (vii) A EATE possui 9,99% de participação da TRANSELESTE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5,00%. (viii) A EATE possui 9,90% de participação da TRANSIRAPÉ; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%. A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto e coligadas mencionadas anteriormente é 31 de dezembro de cada ano. Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa, vide nota explicativa nº 1. **UNISA** - conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas em 27 de março de 2013, em 30 de novembro de 2011 a Taesa adquiriu a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. 50% das ações do capital votante da UNISA, que detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III. Os 50% remanescentes foram adquiridos em 3 de julho de 2012, quando a UNISA deixou de ser uma controlada em conjunto e passou a ser uma controlada integral da Taesa. Consequentemente, os resultados referentes ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2012 da UNISA estão sendo reapresentados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012 pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 4.20.2), e as informações de resultado, quando aplicável, apresentadas a seguir para fins de comparação. **Aquisição de coligada indireta** - Em 17 de outubro de 2013 a coligada EATE concluiu a operação de aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng, no capital social das transmissoras Transudeste, Transleste e Transirapé (vide nota explicativa nº 2). A Companhia possui controle compartilhado da ETAU e Brasnorte e influência significativa nas empresas do Grupo TBE, por meio de acordo de acionistas assinado com as empresas descritas a seguir:

Controladas em conjunto	
ETAU.....	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
Brasnorte.....	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A. ("Bimetal")
Coligadas diretas	
EATE, ENTE, ETEP e ERTE.....	Alupar Investimento SA ("Alupar")
EBTE.....	EATE
ECTE.....	Alupar, Centrais Elétricas de Santa Catarina ("CELESC") e MDU Resources Luxembourg II LLC ("MDU")

As principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE estão listadas na nota explicativa nº 1. As principais cláusulas dos acordos de acionistas das controladas em conjunto estão listadas a seguir. **Brasnorte:** a) O Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) Conselheiros, sendo 2 (dois) membros indicados pela Eletrosul, 2 (dois) membros indicados pela Taesa e 1 (um) membro indicado pela Bimetal. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Bimetal e eleito pela maioria dos votos do Conselho de Administração, sendo responsável pela organização e coordenação dos trabalhos deste órgão, não tendo direito a voto de qualidade. b) A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores, eleitos pelos Conselheiros nos seguintes termos: caberá à ELETROSUL a indicação do Diretor Técnico; caberá à TAESA a indicação do Diretor-Presidente; e caberá à BIMETAL a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro. c) Se uma das Partes decidir vender parcial ou integralmente as suas ações ou receber uma oferta de compra total ou parcial de seu stake na Sociedade, os demais Acionistas terão direito de preferência na aquisição das ações em negociação. O direito de preferência para a compra de ações será exercido sempre sobre a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações ofertadas. d) As questões, litígios ou controvérsias entre os Acionistas serão resolvidos de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas em boa fé, por um período não superior a 30 (trinta) dias. Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, as partes não chegarem a uma solução amigável, as questões, litígios ou controvérsias serão dirimidas, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV Conciliação e Arbitragem. e) O acordo terá seu prazo de validade semelhante ao do Contrato de Concessão do Empreendimento, podendo ser inclusive renovado. **ETAU:** a) A companhia terá um conselho de administração composto por cinco membros e respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelas acionistas. Cada acionista indicará um membro do conselho de administração, um efetivo e um suplente, independentemente do percentual de participação da acionista no capital da companhia. b) A companhia terá uma diretoria composta de dois diretores, acionistas da companhia ou não, sendo profissionais de reconhecida capacidade técnica nas suas respectivas áreas de atuação, residentes no país, eleitos pelo conselho de administração para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. c) As acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações das que desejarem aliená-las, por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à participação que possuam no capital subscrito e integralizado da companhia, e que, se não for exercido, no todo ou em parte, reverterá às demais acionistas, sempre proporcionalmente. d) Como condição para a venda a terceiro, o referido deverá, necessariamente, apresentar para a Companhia e para as demais acionistas comprovação de ter obtido, em data não anterior a 180 (cento e oitenta) dias da mencionada apresentação, no mínimo, o "rating" BrBBB+ (escala nacional), emitido pela *Standard and Poors* (S&P), ou "rating" substancialmente equivalente ao antes mencionado, junto a outra agência de "rating" internacionalmente reconhecida. e) No caso de controvérsias ou disputas decorrentes deste acordo, as acionistas emvidarão seus melhores esforços para alcançar composição amigável. Caso as acionistas não alcancem composição amigável no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação por escrito de outra(s) acionista(s), informando a existência de controvérsia ou disputa, as acionistas elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como competente para dirimir qualquer controvérsia existente entre as acionistas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. (a) **Movimentação dos investimentos:** Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - inclui o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1), apresentado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas.

Controladas em conjunto	UNISA	ETAU	Brasnorte	TOTAL
Saldo em 1º de janeiro de 2012.....	801.040	77.210	79.749	957.999
Transferência de participação para controlada integral.....	(831.024)	-	-	(831.024)
Dividendos a receber 2011.....	-	-	(2.776)	(2.776)
Dividendos a receber 2012.....	-	(90)	(440)	(530)
Dividendos a receber 2011 - adicionais propostos aprovados.....	-	(5.544)	-	(5.544)
Equivalência patrimonial.....	29.984	7.755	5.869	43.608
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	-	79.331	82.402	161.733
Saldo em 1º de janeiro de 2013.....	-	79.331	82.402	161.733
Dividendos adicionais a receber - 2012.....	-	(6.295)	-	(6.295)
Retificação de dividendos obrigatórios a receber.....	-	-	3.217	3.217
Equivalência patrimonial.....	-	4.312	(3.246)	1.066
Dividendos a receber 2013.....	-	(110)	-	(110)
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	-	77.238	82.373	159.611

Dividendos adicionais 2012 - ETAU - em 11 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ETAU ratificou a destinação do resultado do exercício de 2012. Os dividendos adicionais propostos, no montante de R\$6.295, considerando a participação da Companhia, foram transferidos para a conta "Dividendos a pagar" e pagos em 17 e 18 de dezembro de 2013. **Dividendos adicionais 2011 - ETAU** - em 24 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ETAU deliberou sobre o pagamento de R\$5.669 a título de dividendos referentes ao exercício de 2011, sendo R\$5.544 referentes a dividendos adicionais, considerando a participação da Companhia. Em 17 de dezembro de 2012 foram pagos R\$4.733 e em 26 de março de 2013 R\$937. **Retificação de dividendos 2012 - Brasnorte** - a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2012, retendo todo o valor dos dividendos obrigatórios como reserva especial (artigo 202, inciso III, parágrafo 5º, da Lei nº 6.404/76). **Movimentação dos investimentos em coligadas** - inclui o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do valor desembolsado na aquisição dessas empresas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas.

Saldo em 1º de janeiro de 2013	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	TOTAL
Aquisição de participação (i).....	805.807	133.552	50.764	417.998	114.830	168.464	1.691.415
Equivalência patrimonial (ii).....	92.291	14.718	4.090	40.112	11.341	15.401	177.953
Dividendos recebidos e propostos.....	(88.162)	(1.452)	(2.949)	(17.782)	(3.418)	(9.014)	(122.777)
JCP recebidos.....	(12.126)	-	(490)	(5.543)	-	(2.966)	(21.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	797.810	146.818	51.415	437.785	122.753	171.885	1.725.466

Dividendos 2013 - Grupo TBE	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	TOTAL
Dividendos.....	-	-	-	-	-	-	-
28 de agosto de 2013.....	18.849	-	1.446	5.999	-	4.178	30.472
26 de setembro de 2013.....	-	-	-	2.807	-	-	2.807
Aprovado no Conselho de Administração de 27 de agosto de 2013.....	-	-	-	-	-	4.836	33.279
12 de dezembro de 2013.....	-	-	-	-	-	4.836	4.836
20 de dezembro de 2013.....	69.313	-	-	-	-	-	69.313
30 de dezembro de 2013.....	-	-	668	2.749	-	-	3.417
Dividendos propostos a receber (intercalares).....	-	-	835	6.227	-	-	7.062
Aprovado nos Conselhos de Administração de 03 e 05 de dezembro de 2013.....	-	-	-	-	-	4.870	84.628
Dividendos propostos a receber (obrigatórios).....	-	1.452	-	-	3.418	-	4.870
Juros sobre capital próprio 2013 - Grupo TBE.....	88.162	1.452	2.949	17.782	3.418	9.014	122.777

Juros sobre capital próprio 2013 - Grupo TBE	EATE	ECTE	ENTE	ETEP	TOTAL
11 de dezembro de 2013.....	9.150	373	4.183	2.235	15.941
30 de dezembro de 2013.....	2.976	117	1.360	731	5.184
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	12.126	490	5.543	2.966	21.125

Em 21 de novembro de 2013, os Conselhos de Administração da EATE, ECTE, ENTE e ETEP aprovaram o crédito imediato de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$21.125, pagos em 11 de dezembro de 2013 o montante de R\$15.941 e em 30 de dezembro de 2013 o montante de R\$5.184. (b) **Demonstrações financeiras resumidas e outras:** A seguir encontram-se as demonstrações financeiras resumidas e apresentadas nas demonstrações financeiras individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo CPC. Agregação das demonstrações financeiras - considerando que as empresas coligadas diretas em que a Taesa possui participação são entidades similares do setor de transmissão de energia elétrica e são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE), a Administração da Companhia optou por agregar as demonstrações financeiras das empresas coligadas (Grupo TBE) para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	2013			
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE
Caixa e equivalentes de caixa.....	3.862	8.113	11.975	31.105
Ativo financeiro (i).....	19.891	17.053	36.944	835.798
Outros ativos circulantes.....	4.201	3.678	7.879	74.500
Ativos circulantes.....	27.954	28.844	56.798	941.403
Ativo financeiro (ii).....	108.176	242.314	350.490	2.194.900
Investimentos em participações societárias.....	-	-	-	579.135
Outros ativos não circulantes.....	3.984	510	4.494	65.323
Ativos não circulantes.....	112.160	242.824	354.984	2.843.852
Empréstimos e financiamentos (iii).....	7.135	10.836	17.971	325.160
Outros passivos circulantes.....	3.555	2.145	5.700	187.427
Passivos circulantes.....	10.690	12.981	23.671	512.587
Empréstimos e financiamentos (iv).....	21.686	16.168	37.854	570.291
Outros passivos não circulantes.....	10.087	29.476	39.563	318.494
Passivos não circulantes.....	31.773	45.644	77.417	888.785
Patrimônio líquido individual.....	97.651	213.043	310.694	2.028.899
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa.....	51.349	82.372	133.721	973.981
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos.....	25.890	-	25.890	751.485
Investimento total da Taesa.....	77.239	82.372	159.611	1.725.466

Balanço patrimonial	2012			
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE (*)
Caixa e equivalentes de caixa.....	2.151	8.895	11.046	37.480
Ativo financeiro (i).....	18.648	18.832	37.480	37.480
Outros ativos circulantes.....	3.836	3.528	7.364	7.364
Ativos circulantes.....	24.635	31.255	55.890	55.890
Ativo financeiro (ii).....	104.314	261.699	366.013	366.013
Outros ativos não circulantes.....	4.006	578	4.584	4.584
Ativos não circulantes.....	108.320	262.277	370.597	370.597
Empréstimos e financiamentos (iii).....	6.996	10.760	17.756	17.756
Outros passivos circulantes.....	4.151	10.947	15.098	15.098
Passivos circulantes.....	11.147	21.707	32.854	32.854
Empréstimos e financiamentos (iv).....	28.078	26.851	54.929	54.929
Outros passivos não circulantes.....	6.030	31.853	37.883	37.883
Passivos não circulantes.....	34.108	58.704	92.812	92.812
Patrimônio líquido individual.....	87.700	213.121	300.821	300.821
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa.....	46.115	82.402	128.517	128.517
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos.....	33.216	-	33.216	33.216
Investimento total da Taesa.....	79.331	82.402	161.733	161.733

Demonstração do resultado	2013			
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE (*)
Receita operacional líquida.....	31.469	(5.826)	25.643	733.168
Custos e despesas.....	(4.784)	(6.136)	(10.920)	(92.647)
Recargas financeiras.....	791	696	1.487	8.288
Despesas financeiras.....	(3.548)	(3.260)	(6.808)	(79.545)
Resultado financeiro.....	(2.757)	(2.564)	(5.321)	(71.257)
Equivalência patrimonial.....	-	-	-	71.592
IRPJ e CSLL correntes e diferidos.....	(1.794)	6.131	4.337	(95.280)
Lucro (prejuízo) do exercício.....	22.134	(8.395)	13.739	545.576
Lucro (prejuízo) do exercício - participação da Taesa.....	11.639	(3.246)	8.393	261.789
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos.....	(7.327)	-	(7.327)	(83.836)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa.....	4.312	(3.246)	1.066	177.953
Resultado abrangente do exercício.....	22.134	(8.395)	13.739	545.576
Resultado abrangente do exercício - participação da Taesa.....	11.639	(3.246)	8.393	261.789
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos.....	(7.327)	-	(7.327)	(83.836)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa.....	4.312	(3.246)	1.066	177.953

(*) Refere-se ao resultado do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2013, considerando que a participação do Grupo TBE foi adquirida em 31 de maio de 2013, conforme nota explicativa nº 2.

Demonstração do resultado	2012			
	ETAU	Brasnorte	UNISA(*)	Total
Receita operacional líquida.....	27.595	28.743	154.465	210.803
Custos e despesas.....	(4.572)	(5.249)	(25.884)	(35.705)
Recargas financeiras.....	560	724	19.729	21.013
Despesas financeiras.....	(4.128)	(4.555)	(75.074)	(83.757)
Resultado financeiro.....	(3.568)	(3.831)	(55.345)	(62.744)
IRPJ e CSLL correntes e diferidos.....	(1.364)	(4.485)	(13.846)	(19.695)
Resultado do exercício.....	18.091	15.178	59.390	92.659
Resultado do exercício - participação da Taesa.....	9.513	5.869	29.695	45.077
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos.....	(1.758)	-	289	(1.469)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa.....	7.755	5.869	29.984	43.608
Resultado abrangente do exercício.....	18.091	15.178	59.390	92.659
Resultado abrangente do exercício - participação da Taesa.....	9.513	5.869	29.695	45.077
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos.....	(1.758)	-	289	(1.469)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa.....	7.755	5.869	29.984	43.608

Ativo financeiro	2013		2012	
	ETAU	Brasnorte	ETAU	Brasnorte
ETAU.....	-	-	128.067	122.962
Brasnorte.....	-	-	259.367	280.531
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	-	-	387.434	403.493

Coligadas diretas	2013		2012	
	EATE	EBTE	EATE	EBTE
EATE.....	-	-	997.163	-
EBTE.....	-	-	520.858	-
ECTE.....	-	-	218.413	-
ENTE.....	-	-	588.486	-
ERTE.....	-	-	148.408	-
ETEP.....	-	-	206.880	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	-	<		



Demonstração do resultado

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Receita financeira				
Receita financeira Taesa x Fundo Pampulha (a.2)	113	621	113	621
Outras receitas operacionais				
Prestação de serviços Taesa x Etau (c.1)	622	585	622	585
Prestação de serviços Taesa x Brasnorte (c.2)	271	255	271	255
	893	840	893	840
Despesas operacionais				
Outras despesas Taesa x Cemig GT (reversão) (a.1)	(298)	-	(298)	-
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.3)	1.120	690	1.115	666
Serviços prestados Taesa x Ativas (a.4)	533	674	533	674
	1.355	1.364	1.350	1.340
Custo operacional				
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.3)	653	605	636	556
Serviços prestados Cemig GT x SGT (b.4) (b.5)	234	-	-	-
	887	605	636	556
Despesa financeira				
Despesa de juros Taesa x Brasnorte (c.3)	-	80	-	80
	-	80	-	80

a. **Transações entre a Taesa e seus controladores e empresas ligadas:** a.1. **Taesa x Cemig GT - remuneração da Administração:** Objeto do contrato: pagamento da remuneração global anual dos administradores da Companhia realizado pela Cemig GT referente ao exercício de 2009. Natureza e razão para a operação: processo de remuneração da Diretoria. Data da transação: 25 de novembro de 2009. Montante envolvido: R\$419. Montante correspondente à participação da Companhia: R\$419. Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$298 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012. Resultado: (R\$298) no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012). Taxa de juros cobrada: não houve. Vigência/duração: a provisão para recebimento foi revertida em 31 de julho de 2013, após conciliação do saldo entre as partes. Condições de rescisão ou extinção: não houve. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: operação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2009, quando foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia. a.2. **Taesa x Cemig GT - equivalentes de caixa - Fundo Pampulha:** Objeto do contrato: a Companhia e sua controlada SGT são cotistas do Fundo Pampulha, que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. A Companhia, por meio do Fundo, possui um saldo de debêntures emitidas pelo Grupo CEMIG registrado em aplicações financeiras de curto prazo. Natureza e razão para a operação: aplicação do caixa da Companhia em fundo de investimento - Fundo Pampulha. Data da transação: 19 de março de 2012. Montante envolvido: R\$9.820. Montante correspondente à participação da Companhia: R\$2.853. Saldo existente: R\$1.930 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$8.402 no consolidado e R\$7.787 na controladora em 31 de dezembro de 2012, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários". Resultado: R\$113 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$621 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012). Taxa de juros cobrada: 0,9% ao ano mais variação do CDI. Vigência/duração: 15 de fevereiro de 2017. Condições de rescisão ou extinção: não houve. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: não houve. a.3. **Taesa x Forluz - previdência privada (vide nota explicativa nº 26):** Objeto do contrato: criação do Plano Taesaprev na Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, entidade fechada de previdência complementar, de quem a Companhia passou a ser uma das patrocinadoras, tendo sua aprovação pela Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Natureza e razão para a operação: plano de previdência privada para os funcionários. Data da transação: 1º de abril de 2012. Montante envolvido: investimento conforme opção do funcionário. Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável. Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$1.773 no consolidado e R\$1.751 na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.295 no consolidado e R\$1.222 na controladora no mesmo período em 2012). Taxa de juros cobrada: taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais (empresa e empregado). Vigência/duração: não determinada. Condições de rescisão ou extinção: não houve. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: não houve. a.4. **Taesa x Ativas - contrato de prestação de serviços:** Objeto do contrato: prestação de serviços de "Data Center", incluindo o armazenamento, o processamento e a disponibilização, através da Internet de dados eletrônicos. Natureza e razão para a operação: disponibilidade dos serviços e segurança dos dados armazenados. Data da transação: 4 de setembro de 2009. Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual). Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual). Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$49 (valor mensal contratual). Resultado: R\$533 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$674 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012). Taxa de juros cobrada: não houve. orreção monetária: atualização anual pelo IGP-M. Vigência/duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura. Cumprida a vigência inicial, o contrato será renovado automaticamente por períodos sucessivos de 12 meses, desde que não haja manifestação em contrário por qualquer das partes. Condições de rescisão ou extinção: caso qualquer das partes decida rescindir o contrato, de forma unilateral e imotivada, antes do fim do seu prazo inicial de vigência, deverá pagar à outra parte, a título de multa, o valor equivalente a 30% do valor resultante da multiplicação do número de meses que faltarem para o término do prazo inicial pelo valor da mensalidade vigente no momento do cancelamento. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: não houve. b. **Transações entre a Companhia e suas controladas e entre suas controladas e seus controladores:** b.1. **Contas a receber Taesa (UNISA) x ATE III - contrato de compra de ações da UNISA:** Objeto do contrato: contrato de compra de 50% das ações da UNISA. Natureza e razão para a operação: créditos de direito da Taesa relativos a dividendos a pagar pelas controladas da UNISA - ATE II e ATE III à Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., conforme contrato de compra de ações da UNISA (vide nota explicativa nº 2). Data da transação: 30 de novembro de 2011. Montante envolvido: R\$54.771. Montante correspondente à participação da Companhia: R\$54.771. Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$22.919 na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$0 no consolidado e R\$23.513 na controladora em 31 de dezembro de 2012. Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012). Taxa de juros cobrada: não houve. Vigência/duração: a expectativa da Companhia é que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses. Condições de rescisão ou extinção: não houve. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: com a aquisição de 50% da UNISA em 30 de novembro de 2011 e dos 50% remanescentes em 3 de julho de 2012, a Companhia passou a ter direito sobre 100% do saldo de dividendos a receber pela UNISA da ATE II e ATE III, no montante de R\$54.771, sendo R\$31.258 da ATE II, R\$22.832 da ATE III e R\$681 da UNISA. Em 15 de agosto de 2012, houve o pagamento de parte desse saldo no valor de R\$31.258. Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$681 da UNISA foram eliminados e R\$22.832 passaram a ser devidos pela ATE III à Taesa. b.2. **Contas a receber Taesa (NTE) x SGT - reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa:** Objeto do contrato: não há. Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que o montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias. Data da transação: não aplicável. Montante envolvido: não aplicável. Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável. Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$2 na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$0 no consolidado e R\$361 na controladora em 31 de dezembro de 2012. Resultado: não aplicável. Taxa de juros cobrada: não há. Vigência/duração: a expectativa da Companhia é de que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013. Condições de rescisão ou extinção: não houve. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$323 da NTE foram eliminados do contas a receber da Taesa. b.3. **Contas a pagar Taesa (ATE III) x UNISA - reembolso de gastos entre empresas do Grupo:** Objeto do contrato: não há. Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que o montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias. Data da transação: não aplicável. Montante envolvido: não aplicável. Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável. Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$2 na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$0 no consolidado e R\$361 na controladora em 31 de dezembro de 2012. Resultado: não aplicável. Taxa de juros cobrada: não há. Vigência/duração: a expectativa da Companhia é de que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013. Condições de rescisão ou extinção: não houve. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$323 da NTE foram eliminados do contas a receber da Taesa. b.3. **Contas a pagar Taesa (ATE III) x UNISA - reembolso de gastos entre empresas do Grupo:** Objeto do contrato: não há. Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que o montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias. Data da transação: não aplicável. Montante envolvido: não aplicável. Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável. Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$2 na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$0 no consolidado e R\$361 na controladora em 31 de dezembro de 2012. Resultado: não aplicável. Taxa de juros cobrada: não há. Vigência/duração: a expectativa da Companhia é de que o pagamento seja feito até 31 de dezembro de 2013. Condições de rescisão ou extinção: não houve. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, o montante de R\$788 foi eliminado nesse processo. b.4. **Cemig GT x SGT - contrato de prestação de serviço de engenharia do proprietário:** Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de engenharia do proprietário para implantação da subestação São Gotardo. Natureza e razão para a operação: prestação de serviços de engenharia do proprietário. Data da transação: 9 de janeiro de 2013. Montante envolvido: R\$320 (valor total a ser pago em dez parcelas). Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Resultado: R\$160 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012). Taxa de juros cobrada: não houve. Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M. Vigência/duração: 26 meses a partir da emissão da ordem de serviço (janeiro de 2013) para a prestação do serviço contratado. Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido por descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato; atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela, por prazo superior a 90 dias; falência, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência civil, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; cessão ou transferência total ou parcial do objeto do presente instrumento, ou a subcontratação sem prévia autorização por escrito da contratante; inexecução total ou parcial das obrigações da contratada, nos termos e nas condições previstos no contrato; ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolongarem por período superior a 15 dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: não houve. b.5. **SGT x Cemig GT - Desenvolvimento de estudos:** Objeto do contrato: Desenvolvimento dos estudos e projetos de engenharia e na elaboração de relatórios ambientais das instalações de transmissão. Natureza e razão para a operação: Prestação de serviços de desenvolvimento dos estudos e projetos de engenharia e na elaboração de relatórios ambientais das instalações de transmissão. Data da transação: 27 de agosto de 2012. Montante envolvido: R\$74. Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Resultado: R\$74 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012). Taxa de juros cobrada: não houve. Vigência/duração: Noventa dias a partir da assinatura do contrato. Condições de rescisão ou extinção: não houve. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: o contrato foi liquidado em 14 de fevereiro de 2013. c. **Transações entre a Companhia e suas controladas em conjunto:** c.1. **Taesa x Etau - contrato de serviços de "back-office":** Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas. Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos. Data da transação: 23 de janeiro de 2013 (data da última renovação). Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual). Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual). Saldo existente: R\$62 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$49 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012. Resultado: R\$62 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$585 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012). Taxa de juros cobrada: não houve. Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M. Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (23 de janeiro de 2013). Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou a respectiva renovação por meio do Despacho nº 181, de 24 de janeiro de 2013. c.2. **Taesa x Brasnorte - contrato de serviços de "back-office":** Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas. Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos. Data da transação: 14 de abril de 2013 (data da última renovação). Montante envolvido: R\$22 (valor mensal contratual). Montante correspondente à participação da Companhia: R\$22 (valor mensal contratual). Saldo existente: R\$67 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$21 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012. Resultado: R\$271 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$255 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012). Taxa de juros cobrada: não houve. Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M. Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (14 de abril de 2013). Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 90 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou o referido contrato por meio do Despacho nº 195 de 25 de janeiro de 2013. c.3. **Brasnorte x Taesa - reembolso de IRRF:** Objeto do contrato: não aplicável. Natureza e razão para a operação: obrigação da Taesa em reembolsar o IRRF sobre o lucro entre a Taesa e a Brasnorte não retido no pagamento do saldo desse mútuo. Data da transação: 14 de fevereiro de 2011. Montante envolvido: R\$3.763. Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012. Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$80 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012). Taxa de juros cobrada: não houve. Atualização monetária: atualização pelo CDI. Vigência/duração: não houve. Condições de rescisão ou extinção: não houve. Garantias e seguros relacionados: não houve. Outras informações relevantes: o saldo foi liquidado em 13 de fevereiro de 2012. c.4. **Brasnorte x Taesa (TSN) - contrato de comodato de imóvel:** Objeto do contrato: contrato de comodato de parte de um imóvel entre a Brasnorte (comodatária) e a Taesa - TSN (comodante). Natureza e razão para a operação: a ANEEL aprovou o contrato de comodato por meio do Despacho nº 1.636, de 25 de abril de 2008. Data da transação: 25 de abril de 2008. Montante envolvido: não aplicável (o contrato não possui valor). Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável. Saldo existente: não aplicável. Resultado: não aplicável. Taxa de juros cobrada: não aplicável. Vigência/duração: tempo indeterminado. Condições de rescisão ou extinção: não aplicável. Garantias e seguros relacionados: não aplicável. Outras informações relevantes: não houve. II - **Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal:** a. Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2013: • Conselho de Administração: remuneração fixa de 100%. • Comitês: os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração. • Diretoria: remuneração fixa de 62,93% e remuneração variável de 37,07%. • Conselho Fiscal: remuneração fixa de 100%. b. Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no exercício de 2013:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	22	3	10	35
Remuneração fixa	1.845	3.355	319	5.519
Salário ou pró-labore	1.845	2.992	319	5.156
Benefícios diretos e indiretos	n/a	363	n/a	363
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	-	1.976	-	1.976
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	1.976	n/a	1.976
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração	R\$1.845	R\$5.331	R\$319	R\$7.495

n/a = não aplicável
c. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no exercício de 2013:

	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros efetivos	11	3	5
Número de membros suplentes	11	-	5 (*)
Maior remuneração individual no exercício (mensal)	11	180	6
Menor remuneração individual no exercício (mensal)	5	128	5
Remuneração individual média no exercício (mensal)	8	148	5

(*) Os membros suplentes recebem remuneração apenas quando substituem os membros efetivos.
Em 31 de dezembro de 2013 os órgãos de governança corporativa e os demais funcionários da Companhia não possuem remuneração baseada em ações.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Concessão	Data de assinatura/emissão	Tipo	Captação			Encargos financeiros anuais
				Valor contratado	Valor liberado	Vencimento final	
Moeda nacional - R\$							
BB-BI	Taesa	10/05/2013	NP - 6ª emissão	400.000	400.000	05/05/2014	104% do CDI
BNDES FINAME	Taesa-TSN	05/12/2012	CCB - subcrédito A	23.504	5.728	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB - subcrédito A	587	587	12/08/2021	Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB - subcrédito B	168	168	12/08/2021	TJLP -TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	20/06/2012	CCB - subcrédito A	727	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	13/06/2013	CCB - subcrédito A	30.458	4.570	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB - subcrédito A	19.571	17.390	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
Moeda estrangeira - US\$							
BID	ATE III	04/04/2008	Empréstimo A	72.000	72.000	15/05/2023	Taxa fixa de 4,23%+ 1,975% a.a.
BID	ATE III	04/04/2008	Empréstimo A2	23.462	23.462	15/05/2023	"Libor" + "spread" de 1,975% a.a.
BID	ATE III	04/04/2008	Empréstimo B	110.000	110.000	15/05/2020	"Libor" + "spread" de 1,6% a.a.

A seguir, um resumo de todos os financiamentos liquidados antecipadamente em 2013 pelo Grupo Taesa:

Concessão	Credor	Data de liquidação	Montante
TAESA (NVT)	Sindicato - Santander, Citibank e BNP	15/03/2013	13.581
STE	Unibanco	15/03/2013	526
STE	BNDES	15/03/2013	51.181
NTE	BNDES	15/03/2013	74.664
ATE	BNDES	15/03/2013	138.139
ATE II	BNDES	15/05/2013	228.462
ATE II	BID	15/05/2013	192.124
			698.677

O objetivo dessas liquidações foi reduzir o custo da dívida e obter mais flexibilidade financeira. Dessa forma, a Companhia reafirma seu compromisso de gerar valor para os seus acionistas através da otimização de sua estrutura de capital. As principais características e condições desses financiamentos estão detalhadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas em 27 de março de 2013.

Financiadores	Concessão	2012	Movimentação de Empréstimos e Financiamentos		2013
			Captação/Custo/Incorporações	Juros e Variação Monetária Incorridos/Custo (*)	
MOEDA NACIONAL - R\$					
NP	TAESA	-	399.744	23.065	422.809
SINDICATO-SANTANDER,					
CITIBANK E BNP	TAESA-NVT	16.244	-	226	(16.199)
BNDES-FINAME	TAESA-TSN	-	5.728	51	(45)
BNDES-FINAME	TAESA-NVT	764	-	64	(70)
BNDES-FINAME	TAESA-TSN	735	-	40	(40)
BNDES-FINAME	TAESA-TSN	-	4.570	4	-
BNDES	TAESA-NTE	-	76.370	718	(1.159)
BNDES	TAESA-ATE	-	140.083	1.147	(1.921)
BNDES	TAESA-STE	-	52.169	492	(794)
UNIBANCO	TAESA-STE	-	655	6	(653)
CONTROLADORA		17.743	679.319	25.813	(4.308)
CIRCULANTE		16.292			434.579
NÃO CIRCULANTE		1.451			283.988
MOEDA NACIONAL - R\$					(283.988)
BNDES-FINAME	SGT	-	17.390	49	(28)
BNDES	NTE	78.481	(76.370)	312	(606)
BNDES	ATE	142.765	(140.083)	398	(994)
BNDES	ATE II	240.293	-	5.742	(7.806)
BNDES	STE	53.432	(52.169)	213	(412)
UNIBANCO	STE	786	(655)	5	(131)
Moeda estrangeira - US\$					
BID	TAESA-ATE II	192.632	-	(509)	(2.843)
BID	ATE III	329.204	-	58.211	(12.628)
CONSOLIDADO		1.055.336	427.432	90.234	(29.630)
CIRCULANTE		158.516			(747.037)
NÃO CIRCULANTE		896.820			434.579

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a amortização dos custos de empréstimos foi de R\$170 (R\$2.127 em 31 de dezembro de 2012).

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2015	2016	2017	Após 2017	Não circulante	Total
CDI	422.895	-	-	-	-	-	422.895
TJLP	22	21	21	21	77	140	162
Taxa fixa	10.489	13.460					



• Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia. • Escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia. • Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2. b. Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social. c. Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e no Distrito Federal. Esses incentivos, no montante de R\$34.543 em 31 de dezembro de 2013 e R\$40.438 em 31 de dezembro de 2012, foram concedidos pela SUDAM e SUDENE e consistem na redução de imposto de renda, conforme detalhado na nota explicativa nº 18. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação. As condições mencionadas a seguir foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente: (i) Cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente. (ii) Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. (iii) Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. (iv) Constituição de reserva de lucro com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social. (v) Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção, na área de atuação da SUDAM e SUDENE. d. Reserva especial - constituída com o saldo do lucro líquido do exercício de 2011 após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivo fiscal e da provisão para dividendos obrigatórios, no montante de R\$214.267. Em 27 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária destinou o total dessa reserva ao pagamento de dividendos no exercício de 2012. e. Reserva especial de ágio - Com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal apurado pela Companhia no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$89.846, será oportunamente capitalizado. f. Remuneração aos acionistas - O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Proposta de destinação do lucro do exercício		2013	2012
Lucro do exercício		892.852	589.182
Reserva legal (5%)		(44.643)	(29.459)
Reserva de incentivo fiscal		(34.543)	(40.438)
Lucro do exercício ajustado		813.666	519.285
Dividendos mínimos obrigatórios – 50% (R\$0,25123 por ação ordinária e preferencial)		406.833	259.643
Dividendos intercalares pagos (R\$0,20319 por ação ordinária e preferencial em 2013 e R\$0,15481 por ação ordinária e preferencial em 2012)		(210.000)	(160.000)
Juros sobre capital pagos (R\$0,18384 por ação ordinária e preferencial)		(190.000)	-
		(400.000)	(160.000)
IRRF efetivo sobre juros sobre capital próprio		18.556	-
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios		(381.444)	(160.000)
Dividendos mínimos obrigatórios provisionados (R\$0,09641 por ação ordinária e preferencial)		(25.389)	(99.643)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,14097 por ação ordinária e preferencial)		(145.689)	(259.642)
Reserva especial de expansão		(242.588)	-
Resumo das destinações:			
Reservas		(321.774)	(69.897)
Dividendos (R\$0,77098 por ação ordinária e preferencial em 2013 e R\$0,50245 por ação ordinária e preferencial em 2012)		(571.078)	(519.285)
		(892.852)	(589.182)

A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013 ratificou a referida proposta de destinação do lucro do exercício de 2012.

20. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Ativo circulante				
Dividendos a receber da EBTE	1.452	-	1.452	-
Dividendos a receber da ECTE	835	-	835	-
Dividendos a receber da ENTE	6.226	-	6.226	-
Dividendos a receber da ERTE	3.419	-	3.419	-
Dividendos a receber da Brasnorte	-	3.215	-	3.215
Dividendos a receber da ETAU	110	1.030	110	1.030
Dividendos a receber da ATE III	-	-	6.132	-
Dividendos a receber da NTE (a)	-	-	-	13.027
Dividendos a receber da UNISA (a)	-	-	-	671
	12.042	4.245	18.174	17.943
Passivo circulante				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (b)	25.395	99.648	25.395	99.648
	25.395	99.648	25.395	99.648

(a) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1. (b) Em 31 de dezembro de 2013, o saldo refere-se aos dividendos obrigatórios a pagar no valor de R\$25.389 (R\$ 0,02457 por ação ordinária e preferencial) conforme destinação do resultado do exercício de 2013 descrita na nota explicativa nº 20, e aos dividendos a pagar a acionistas nos controladores referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$6, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo se refere basicamente aos dividendos obrigatórios remanescentes do exercício de 2012, no valor de R\$99.643 (R\$0,09641 por ação ordinária e preferencial), conforme destinação do lucro do exercício corrente descrita na nota explicativa nº 20. **Recebimento de dividendos do Grupo TBE** - A seguir encontra-se a relação dos dividendos propostos e recebidos das empresas da TBE pela Taesa:

Dividendos	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	EETP	Total
28 de agosto de 2013	18.849	-	1.446	5.999	-	4.178	30.472
26 de setembro de 2013	-	-	-	2.807	-	-	2.807
12 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	4.836	4.836
20 de dezembro de 2013	69.313	-	-	-	-	-	69.313
30 de dezembro de 2013	-	-	668	2.749	-	-	3.417
Dividendos propostos a receber (intercalares)	-	-	835	6.226	-	-	7.061
Dividendos propostos a receber (obrigatórios)	-	1.452	-	-	3.419	-	4.871
	88.162	1.452	2.949	17.781	3.419	9.014	122.777

Juros sobre capital próprio 2013 – Grupo TBE - Em 21 de novembro de 2013, os Conselhos de Administração da EATE, ECTE, ENTE e ETEP aprovaram o crédito imediato de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$21.125, pagos em 11 de dezembro de 2013 o montante de R\$15.941 e em 30 de dezembro de 2013 o montante de R\$5.184, conforme abaixo:

	EATE	ECTE	ENTE	EETP	TOTAL
11 de dezembro de 2013	9.150	373	4.183	2.235	15.941
30 de dezembro de 2013	2.976	117	1.360	731	5.184
	12.126	490	5.543	2.966	21.125

Recebimento de dividendos - ATE III - Mediante aprovação prévia do BID, em 13 de setembro de 2013 a Companhia recebeu, a título de dividendos, o valor de R\$30.000, sendo R\$21.216 referentes a destinação do resultado de 2012, R\$944 referentes a destinação do resultado de 2011 e R\$7.840 referentes a dividendos distribuídos da reserva estatutária constituída com a finalidade de cumprir o índice de cobertura da dívida determinado pelo BID. Recebimento de dividendos - ETAU - em 26 de março de 2013, a Companhia recebeu, a título de dividendos, o valor de R\$937 da ETAU referentes à destinação do resultado de 2011. Recebimento de dividendos - ETAU - em 18 de dezembro de 2013, a Companhia recebeu, a título de dividendos, o valor de R\$6.386 da ETAU referentes à destinação do resultado de 2012, incluindo os dividendos adicionais propostos aprovados em 2013. Retificação da proposta da Administração de distribuir dividendos da Brasnorte - a Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013 retificou a proposta da Administração de distribuir os dividendos e deliberou pela retenção desses dividendos como reserva especial. Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio - A Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2013 aprovou o pagamento dos seguintes valores conforme abaixo: • Em 20 de dezembro de 2013 a Companhia pagou dividendos intercalares no valor de R\$210.000 (R\$0,20319 por ação ordinária e preferencial) e juros sobre capital próprio no valor de R\$190.000 (R\$0,18384 por ação ordinária e preferencial), que foram deduzidos dos dividendos obrigatórios do exercício de 2013 pelo valor líquido de R\$171.444 (R\$ 0,16589 por ação ordinária e preferencial). • Em 10 de junho de 2013, a Companhia pagou dividendos obrigatórios e adicionais, referentes ao exercício de 2012, no total de R\$359.285 (R\$0,34764 por ação ordinária e preferencial).

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As concessões da Taesa e de suas controladas e controladas (exceto a ATE III) em conjunto possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia também possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - D&O e de frota. Em atendimento ao contrato de financiamento do BNDES e do BID, a ATE III contrata seus seguros (risco operacional e risco civil) nos termos e nas condições aceitos pelo BNDES e pelo BID. Dessa forma, para essa companhia, o seguro abrange todas as subestações e linhas de transmissão do projeto, tendo, ainda, como beneficiário nas suas apólices os próprios financiadores BNDES e/ou BID e repassadores, durante a vigência dos respectivos contratos de financiamento. Em 31 de dezembro de 2013, as apólices de seguros vigentes da Taesa e de suas controladas e controladas em conjunto eram:

Responsabilidade Civil Geral - RCG	Companhia	Vigência	DM - Valor		Prêmio
			LMI (a)	em risco	
-	FAIRFAX Seguros do Brasil	07/06/13 a 19/08/14	10.000	-	38
	FAIRFAX Seguros do Brasil	13/12/12 a 13/01/14 (c)	10.000	-	91
Risco Operacional - RO	FAIRFAX Seguros do Brasil	19/08/12 a 19/08/14	-	933.305	616
	ITAÚ Seguros e FAIRFAX Seguros do Brasil	13/12/12 a 13/01/14 (d)	-	1.926.953	1.403
Seguro Veículos - FROTA	ITAÚ Seguros	19/08/13 a 19/08/14	-	-	105% Tabela FIP
	D&O	AIG Seguros Brasil	18/08/13 a 18/08/14	15.000	-

(a) LMI - Limite Máximo de Indenização. (b) Danos materiais a terceiros - R\$600; (c) Apólice renovada com a Zurich, em 13/01/2014, com vigência de 13/01/14 a 13/01/2015, LMI de R\$10.000 e prêmio de R\$31. (d) Apólice renovada com a Itaú Seguros, em 13/01/2014, com vigência de 13/01/2014 a 13/01/2015, DM - R\$591.463 e prêmio de R\$431. Os seguros abrangem a Taesa, suas controladas e controladas em conjunto.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E NÃO DERIVATIVOS

Gerenciamento de riscos: **Visão geral** - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) Risco de crédito, (b) Risco de liquidez, (c) Risco de mercado e (d) Risco operacional. **Estrutura de gerenciamento de risco** - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. Tipos de risco: a) **Riscos de crédito** - é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Ativos financeiros	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	121.140	538.696	70.743	123.868
Títulos e valores mobiliários	412.986	2.087.921	338.298	1.986.399
Clientes	168.337	155.073	158.290	96.055
Ativo financeiro	6.227.752	6.173.142	5.619.465	3.177.961
	6.930.215	8.954.832	6.186.796	5.384.283

• Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e os depósitos vinculados são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • Clientes e ativo financeiro - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer

os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: (i) Contrato de Constituição de Garantia - CG e (ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. b) Risco de liquidez - é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob as condições normais e de estresse, sem causar perdas inevitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. As liquidações e os respectivos prazos de vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados a seguir no item riscos de mercado. Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como empréstimos e financiamentos e debêntures, estão divulgados nas notas explicativas nº 15 e nº 16, respectivamente. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses. A Companhia tem empréstimos bancários e debêntures garantidos que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos, detalhada nas notas explicativas nº 15 e nº 16. As tabelas a seguir: (a) mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais, (b) foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações e (c) incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

Empréstimos e financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3	De 3 meses a	De 1 a	Mais de	Total
		meses	1 ano	5 anos	5 anos	
Consolidado						
Pós-fixada	3	6	1.209.789	2.698.797	1.583.289	5.491.884
Prefixada	20	201	17.280	111.605	87.086	216.192
	23	207	1.227.069	2.810.402	1.670.375	5.708.076
Controladora						
Pós-fixada	3	6	1.179.962	2.528.535	1.542.870	5.251.376
Prefixada	20	89	389	6.634	6.341	13.473
	23	95	1.180.351	2.535.169	1.549.211	5.264.849

c) **Riscos de mercado** - é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, inflação e captação de recursos, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é o de gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. • **Risco cambial** - a Companhia está sujeita ao risco de moeda nos ativos e empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$). Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía 8,60% (R\$344.345) de sua dívida total (debêntures e empréstimos e financiamentos) atrelada à taxa de câmbio (empréstimos com o BID) e ativos de R\$74.688 atrelados à taxa de câmbio (conta de reserva em dólar norte-americano - BID). Dessa forma, eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir: **Análise de sensibilidade - moeda estrangeira** - determinada com base na exposição às taxas de câmbio dos instrumentos financeiros no fim do período de relatório, incluindo somente itens monetários em aberto no fim do período de relatório em moeda estrangeira, ajustando sua conversão, com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o Grupo Taesa. A PTAX utilizada para cálculo do cenário provável é referenciada por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). As outras variáveis, que não a taxa de câmbio, envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Operação em dólar norte-americano	Exposição/valor de referência	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2013 - aumento/(redução)		
		Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Ativos				
Conta de reserva - BID (circulante e não circulante)	74.688	5.018	24.945	44.871
Passivos				
Financiamentos - BID	344.345	(23.136)	(115.008)	(206.878)
Efeito líquido		(18.118)	(90.063)	(162.007)

Taxas utilizadas	Taxa em 31/12/2013	Cenário provável (deterioração de 25%)		
		Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	
PTAX	2,3426	2,50	3,125	3,75

Fonte: a PTAX utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5), em 7 de março de 2014. • **Risco de taxa de juros** - Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos e debêntures, e também sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2013, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis do Grupo era:

Instrumentos financeiros por indexador	Consolidado		Controladora	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários)				
CDI	452.395	408.754	452.395	408.754
Empréstimos e financiamentos e debêntures				
TJLP	-	-	161	161
CDI	-	-	2.161.285	2.161.285
IPCA	-	-	1.837.159	1.837.159
Libor	-	-	209.618	209.618

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir: **Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras** - determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório, e preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o exercício, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o Grupo Taesa. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Exposição	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2013 - aumento (redução)		
	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Risco: queda da taxa			
Consolidado			
CDI	452.395	16.874	3.585
Controladora			
CDI	408.754	15.247	3.239
			(8.768)
Taxas utilizadas			
até 31/12/2013			
CDI	8,02%	11,75%	8,81%
			5,88%

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 07

		Valor de referência		Instituição	Valor justo	
		contratado			2013	2012
Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	2013	2012	Vencimento	2013	2012
Contratos de "swaps" (R\$)						
Propósito de proteção: Risco de taxa de juros (Libor)						
Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 8% a.a.	-	R\$115.147	Santander 11/2022	-	333
Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 8% a.a.	-	R\$12.555	Santander 11/2018	-	8
Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Varição cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 7% a.a.	R\$138.251	R\$138.251	Santander 05/2020	394	205
		<u>R\$138.251</u>	<u>R\$265.953</u>		<u>394</u>	<u>546</u>

Contratos de opções (US\$)						
Propósito de proteção: Mudança na taxa de câmbio (dólar norte americano)						
US\$	R\$	US\$11.390		Citibank 05/2013	-	421
					-	421

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2013					
Operação	Exposição/ Valor de referência	Risco	2013		
			Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Hedge		"Swap" (*)	-	-	-
		Aumento da Libor	-	-	-
		Dívida	49	(124)	(298)
		Aumento da Libor	-	-	-
			49	(124)	(298)

(*) Dadas às características do contrato, esse swap só impactará o resultado da Companhia e de sua controlada ATE III (benefício) no momento em que a Libor ultrapassar 7%. Diante do exposto e considerando que os cenários estimados para Libor apresentado acima não ultrapassa esse limite, o impacto desse contrato na análise de sensibilidade é nulo em qualquer um dos cenários anteriormente apresentados. Adicionalmente, considerando que o valor justo do prêmio pago por esse contrato de "swap" em 31 de dezembro de 2013 é de R\$394, o impacto no resultado da Companhia e de sua controlada ATE III no valor justo desse prêmio para os cenários de 25% e 50% está demonstrado a seguir:

Efeito líquido no resultado consolidado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2013 - aumento (redução)				
Exposição/valor de referência	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	
Contrato de "swap" - Libor.....	394	(98)	(197)	

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não participavam de outras operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, nem efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco, tampouco possuem garantia de margem em suas operações.

• Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

• Risco de captação - a Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. d) Risco operacional - É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração em cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações. • Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações. • Cumprimento com exigências regulatórias e legais. • Documentação de controles e procedimentos. • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados. • Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas. • Desenvolvimento de planos de contingência. • Treinamento e desenvolvimento profissional. • Padrões éticos e comerciais. • Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. • Riscos regulatórios - o Grupo está sujeito à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e CVM. • Risco de seguros - o Grupo contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações, com exceção das concessões NTE, ATE e ATE II (vide nota explicativa nº 21). Apesar de a Companhia adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em seguir os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos. • Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, o Grupo estará sujeito à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes para o Grupo. • Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia e de suas controladas dependerem de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia e suas controladas têm à disposição poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia e por suas controladas, estas poderão não ser capazes de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia e por suas controladas poderá ser afetada, e a Companhia e suas controladas poderão ser obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas. • Risco técnico - a infraestrutura das concessionárias do Grupo é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pelo Grupo, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável). • Risco de contencioso - a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia e suas controladas apresentam em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências. Gerenciamento do capital: A política da Administração é possuir uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre o capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e os valores justos, foi considerado o que segue: • Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras. • Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras. • Clientes: a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pelo ONS. • Ativo financeiro: o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2013. • Instrumentos financeiros derivativos: os "swaps" de taxas de juros e os contratos de opção de compra de dólar norte-americano são mensurados pelo valor justo dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, com base na cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras em que esses instrumentos foram contratados. • Empréstimos e financiamentos: a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos com o BNDES (Santander - FINAME) e BID são iguais aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. • Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário divulgado no site www.debentures.com.br próximo ao período de relatório. Com exceção da 2ª e 3ª séries da 2ª emissão e da 1ª série da 3ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário. Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

	2013		2012		
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	121.140	121.140	538.696	538.696
Títulos e valores mobiliários.....	6	412.986	412.986	2.087.921	2.087.921
Clientes.....	7	168.337	168.337	155.073	155.073
Ativo financeiro.....	7	6.227.752	6.455.695	6.173.142	7.240.554
Instrumentos financeiros derivativos.....	22	394	394	967	967
		<u>6.930.609</u>	<u>7.158.552</u>	<u>8.955.799</u>	<u>10.023.211</u>
Passivos financeiros					
Fornecedores.....		34.012	34.012	26.417	26.417
Empréstimos e financiamentos.....	15	796.335	796.335	1.055.336	1.055.336
Debêntures.....	16	3.571.028	3.372.851	3.682.699	3.779.450
		<u>4.401.375</u>	<u>4.203.198</u>	<u>4.764.452</u>	<u>4.861.203</u>
Controladora					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	70.743	70.743	123.868	123.868
Títulos e valores mobiliários.....	6	338.298	338.298	1.986.399	1.986.399
Clientes.....	7	158.290	158.290	96.055	96.055
Ativo financeiro.....	7	5.619.465	5.906.232	3.177.961	4.153.281
		<u>6.186.796</u>	<u>6.473.563</u>	<u>5.384.283</u>	<u>6.359.603</u>
Passivos financeiros					
Fornecedores.....		32.484	32.484	9.938	9.938
Empréstimos e financiamentos.....	15	434.579	434.579	17.743	17.743
Debêntures.....	16	3.571.028	3.372.851	3.682.699	3.779.450
		<u>4.038.091</u>	<u>3.839.914</u>	<u>3.710.380</u>	<u>3.807.131</u>

	Consolidado	Nota	2013		
			Valores justos através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa.....	5		121.140	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	6		238.722	74.688	99.576
Clientes.....	7		-	168.337	-
Ativo financeiro.....	7		-	6.227.752	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	22		394	-	-
			<u>360.256</u>	<u>6.470.777</u>	<u>99.576</u>
Passivos financeiros					
Fornecedores.....			-	-	34.012
Empréstimos e financiamentos.....	15		-	-	796.335
Debêntures.....	16		-	-	3.571.028
			-	-	<u>4.401.375</u>

	Consolidado	Nota	2012		
			Valores justos através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa.....	5		538.696	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	6		1.877.000	101.522	109.399
Clientes.....	7		-	155.073	-
Ativo financeiro.....	7		-	6.173.142	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	22		967	-	-
			<u>2.416.663</u>	<u>6.429.737</u>	<u>109.399</u>
Passivos financeiros					
Fornecedores.....			-	-	26.417
Empréstimos e financiamentos.....	15		-	-	1.055.336
Debêntures.....	16		-	-	3.682.699
			-	-	<u>4.764.452</u>

Hierarquia do valor justo: Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pelo Grupo a valor justo através de resultado, foram classificados no Nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

23. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e a quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

	Resultado por ação	Controladora	
		2013	2012
Resultado do exercício.....		892.852	589.182
Resultado do exercício proporcional às ações ordinárias (1).....		597.442	424.159
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares) (2).....		691.553	646.307
Resultado do exercício proporcional às ações preferenciais (3).....		295.410	165.023
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares) (4).....		341.944	251.452
Resultado por ação ordinária - básico = (1)/(2).....		0,86391	0,65628
Resultado por ação preferencial - básico = (3)/(4).....		0,86391	0,65628
Resultado por ação ordinária - diluído (*).....		0,86391	0,65628
Resultado por ação preferencial - diluído (*).....		0,86391	0,65628

(*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica: Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Essa receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica é contabilizada nos livros societários do Grupo de acordo com o ICPC 01 (R1) (equivalente ao IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 7. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, nas rubricas "Clientes" e "Ativo financeiro". **Composição da receita operacional líquida da Companhia e de suas controladas:**

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Operação e manutenção.....	415.077	346.285	365.122	273.108
Construção e indenização.....	112.099	20.422	83.926	6.857
Remuneração do ativo financeiro.....	1.050.182	883.854	920.017	546.680
Parcela variável e outras receitas (a).....	(10.376)	(23.566)	(8.038)	(10.855)
Receita operacional bruta.....	1.566.982	1.226.995	1.361.027	815.790
PIS e COFINS.....	(66.058)	(56.241)	(55.467)	(29.415)
ISS.....	(45)	(42)	(45)	(42)
Cota para RGR e P&D (b).....	(53.028)	(43.847)	(46.071)	(32.491)
Deduções da receita.....	(119.131)	(100.130)	(101.583)	(63.948)
Receita operacional líquida.....	1.447.851	1.126.865	1.259.444	753.842

(a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em **Não programada**, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em **Programada** quando há manutenção em equipamentos que pertencem à linha de transmissão. Para registro contábil de provisão de indisponibilidades, é lançado a provisão à débito da conta de receita deduzida Parcela Variável e a crédito a conta mercado interno - Cliente O.N.S. Quando há o efetivo descontorno da indisponibilidade ocorrida, é contemplada uma linha no AVC referente ao valor a ser descontado. Esse valor é revertido na contabilização feita anteriormente e contabilizada a débito na(s) conta(s) como sendo PV programada e/ou não programada e a crédito da conta de receita por disponibilidade da rede elétrica. (b) Trata-se de encargos societários definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D e à constituição de RGR dos serviços públicos.

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Recebimentos de aplicação financeira.....	104.683	133.078	94.177	113.506
Receita de atualização de crédito tributário.....	-	7.138	-	7.138
Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados.....	9.018	6.044	-	-
Receitas financeiras.....	113.701	146.260	94.177	120.644
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
Empréstimos e financiamentos.....	(90.234)	(182.820)	(25.813)	(134.065)
Debêntures.....	(368.171)	(202.608)	(368.171)	(202.608)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas.....	(24.761)	(8.106)	(22.926)	(3.787)
Despesas financeiras.....	(483.166)	(393.534)	(416.910)	(340.460)
	(369.465)	(247.274)	(322.733)	(219.816)

26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012, foi aprovada a implantação de um Plano de Previdência Privada para os empregados da Companhia e de suas controladas a partir de abril de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. O plano é extensivo a todos os empregados da Companhia e de suas controladas, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. Em abril de 2012, foi iniciada a campanha interna do plano de previdência privada. Em 31 de dezembro de 2013, a adesão era de 82,73% do quadro efetivo de empregados que participava do Plano Taesaprev. As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições. A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. A seguir, a despesa total incorrida pela Companhia de acordo com as regras do plano:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Custos com previdência privada.....	653	605	636	556
Despesas com previdência privada.....	1.120	690	1.115	666
	<u>1.773</u>	<u>1.295</u>	<u>1.751</u>	<u>1.222</u>

27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações.

Operação e manutenção	Concessões	
	Realizada com recursos próprios	Realizada pela Eletronorte
	Taesá (TSN, Munirah, GTESA, PATESA, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da subestação de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE e ENTE (manutenção da subestação de Açailândia) e ETESE.	
	Brasnorte, EATE, ENTE, ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria)	
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU	
Realizada pela Cemig GT	ESDE	



Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação	
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/03 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/04)	23/05/2003	06/09/2021	Licença renovada até 06/09/2021	
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/04)	17/11/2003	06/09/2021		
	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/04	15/04/2004	06/09/2021		
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeçu/BA	287/02	30/10/2008	30/10/2014	Licença renovada até 30/10/2014	
	Camaçari II - Sapeçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	De acordo com o Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia, o Decreto nº 11.235/08 isenta, em especial, linhas de transmissão ou distribuição do procedimento de renovação da Licença de Operação.	
	Goianinha - Mussurê (Concessão GTESA)	339/03	21/08/2003	21/08/2007	Renovação solicitada em 04/02/2013 ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97) Licença renovada até 13/01/2014. Renovação solicitada tempestivamente. Processo em andamento junto ao IDEMA	
	Paraíso - Açú (Concessão Patesa)	2011-045976/TEC/RLO-1017	13/01/2012	13/01/2014		
	Taesa (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00089/01	18/10/2001	13/06/2014	Licença renovada sob o nº 00026 (Processo nº 13.569/99), válida até 13/06/2014
	Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/03	30/09/2003	30/09/2007	Renovação solicitada ao IBAMA em 14/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/05	29/02/2012	29/02/2022	Licença renovada por dez anos	
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	4365/08-DL	26/09/2012	26/09/2016	Licença renovada até 26/09/2016.	
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/06	30/11/2006	30/11/2010	Solicitada ao IBAMA renovação em 02/08/2010. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)	
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/08	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)	
	Marabá - Carajás	5123/10	26/10/2010	25/10/2014	Licença renovada sob o nº 2010/000003814 até 25/10/2014	
ETAU	Campos Novos - Santa Marta	452/05	05/10/2007	05/10/2014	Licença renovada até 05/10/2014	
Brasnorte	Juba - Jauru	298161/09	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA através da carta Brasnorte (Of. 093/Filial/12), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)	
	Brasnorte - Nova Mutum	298160/09	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA através da carta Brasnorte (Of. 093/Filial/12), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)	
EATE	Tucuruí - Presidente Dutra	288/02	16/07/2009	16/07/2015	-	
ENTE	Tucuruí - Açailândia	426/05	29/08/2012	28/08/2018	-	
Lumitrans	Machadinho - Campos Novos	657/07	25/09/2007	25/09/2013	Renovação solicitada ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)	
EBTE	Juina - Brasnorte	302381/11	10/06/2011	09/06/2014	-	
	Juba - Brasnorte	300899/10	26/10/2010	25/10/2013	-	
	Parecis - Brasnorte	299964/10	08/07/2010	07/07/2013	Renovação solicitada a SEMA-MT. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97) Aguardando SEMA MT	
STC	N. Mutum - Sorriso - Sinop	300348/10	16/08/2010	15/08/2013	Renovação solicitada a FATMA-SC. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)	
	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	171/09	09/09/2009	09/09/2013	-	
	SE - Lages	7247/12	09/08/2012	09/08/2016	-	
ERTE	SE - Rio do Sul	065/10	07/05/2010	07/05/2014	-	
	Vila do Conde - Castanhal-Santa Maria	6904/12	02/07/2012	01/07/2016	-	
ECTE	Campos Novos - Blumenau	7649/11	07/11/2011	07/11/2015	-	
ETEP	Vila do Conde - Tucuruí - Barcarena	5084/10	10/11/2010	09/11/2014	-	
ESDE	SE Santos Dumont	0657/12	27/08/2012	27/08/2016	-	
TRANSELESTE	SE Montes Claros - SE Irapé	177/2009	17/12/2009	17/12/2015	-	
TRANSUDESTE	SE Itutinga - SE Juiz de Fora	571/2011	25/07/2011	25/07/2019	-	
TRANSIRAPÉ	SE Irapé - SE Araruama 2	077/2011	15/06/2011	30/03/2017	-	
ETSE	LTs 230 KV SE Abdon Batista	4102/2013	28/05/2013	28/05/2016	-	
	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	6616/2012	13/01/2014	13/08/2015	-	
	SE Gaspar	2926/2013	02/05/2013	02/05/2016	-	
	SE Abdon Batista	7940/2012	01/10/2012	01/10/2015	-	

Compensação ambiental - os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do órgão ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". Vide nota explicativa nº 13 (b). Na controlada ETAU, as compensações ambientais descritas a seguir são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial: • FUNAI - Em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/12 entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento à Licença de Operação nº 452/05. Nesse Termo, intitulado "Termo de Compromisso", cujo valor de aplicação é de R\$790, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade Kaingang. Ressalta-se que todas as medidas estipuladas no referido documento foram liquidadas, contudo, a ETAU aguarda a emissão do Termo de Quitação Total que será requerido em 2014. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo provisionado pela ETAU para essa compensação ambiental era de R\$0 (R\$247 em 31 de dezembro de 2012). • Reposição Florestal da ETAU com a SEMA/RS - Foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para consequente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição. A Companhia já possui a especificação do terreno com sua exata localização e está concluindo as negociações com o proprietário. Estima-se que a aquisição do terreno e sua consequente doação sejam concluídas no primeiro semestre do exercício de 2014. Em 29 de agosto de 2013, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da ETAU um acréscimo no orçamento de 2013, a fim de viabilizar a aquisição do referido terreno totalizando o montante de R\$1.450. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo provisionado na rubrica "Outros" no passivo circulante para essa compensação ambiental era de R\$1.450, sendo R\$1.000 de provisões já existentes e R\$450 como provisão complementar. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$201. Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica: Em 5 de julho de 2012, a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), no valor de R\$27.763, com o objeto de fornecer, na modalidade "turn key", equipamentos elétricos do pátio da subestação, peças sobressalentes, projeto civil, elétrico, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na subestação de São Gotardo II. Os custos desse contrato são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da subestação. A Toshiba oferece garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, oculto dos equipamentos ora fornecidos e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 15 de julho de 2012, pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos. Em 22 de março de 2013 foi assinado o primeiro termo aditivo para o referido contrato. Arrendamento operacional: Em 2013 a Companhia mudou sua administração corporativa do 10º andar para o 6º andar do Edifício Bolsa Rio, devido ao crescimento de sua estrutura organizacional. A Companhia incurreu em gastos com aluguel do seu escritório corporativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$3.234. Os contratos de aluguel são pagos em reais, reajustados anualmente com base no IGP-M e possuem prazos de 60 meses. A Companhia não tem a opção de adquirir o imóvel arrendado depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Em 31 de dezembro de 2013, com base nas condições vigentes do contrato descrito anteriormente, quando o vencimento ocorrerá em 01 de novembro de 2017, os seguintes pagamentos de aluguel são estimados:

	Despesas de aluguel
2014	3.397
2015	3.726
2016	3.940
2017	3.791
Total	14.854

Em caso de rescisão contratual por parte da Companhia, a mesma terá que comunicar a Locadora com prazo mínimo de seis meses de antecedência e pagará o valor equivalente a quatro aluguéis vigentes à época, proporcional ao tempo restante da locação, a título de multa por rescisão antecipada. Na falta da formalização da comunicação de intenção da rescisão de contrato antecipada, a Companhia pagará o valor equivalente aos aluguéis e encargos da locação do período não cumprido de aviso prévio, a título de perdas e danos pré-fixados, além da multa por valor equivalente a quatro aluguéis vigentes à época. Caso a Companhia venha a rescindir antecipadamente a locação, na data de pagamento da multa por rescisão antecipada, devolverá à Locadora, proporcional ao tempo restante da locação, em uma parcela, todos os valores referentes aos aluguéis que, durante a vigência da locação, forem isentos ou sofrerem qualquer tipo de carência no pagamento ou desconto temporário, valores estes reajustados até a data da devolução efetiva do imóvel, nas mesmas condições do aluguel mensal.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Fiscalização ANEEL - em prosseguimento ao processo de fiscalização econômico-financeira, "in loco", realizado pela ANEEL em dezembro de 2011, a Taesa recebeu o Termo de Notificação ANEEL nº 033/12-SFF, de 1º de março de 2012, por meio do qual são apresentados os resultados da referida fiscalização. Foram apresentadas sete não conformidades e nove constatações/recomendações apuradas no período de quatro anos (2007 a 2010). Destaca-se que esta foi a primeira fiscalização presencial sofrida pela Taesa, em seus 11 anos de atuação, quando foram fiscalizadas todas as concessões pertencentes ao Grupo. A Taesa encaminhou à ANEEL, tempestivamente, a Carta Taesa nº 082/12, apresentando suas manifestações em face do Termo de Notificação ANEEL nº 033/12, em que argumenta as constatações registradas pelos fiscais e comunica que as recomendações serão implementadas nos prazos estabelecidos pelo Regulador. Na oportunidade, conforme procedimentos descritos nos ritos dos processos administrativos da ANEEL, a Taesa solicitou o arquivamento do citado Termo de Notificação, visto que as constatações foram resolvidas e/ou esclarecidas pela Companhia, que, por sua vez, se comprometeu com os prazos determinados para ajustes de alguns procedimentos. A manifestação da ANEEL acerca das argumentações apresentadas pela Taesa perante o Termo de Notificação em questão deverá ser expedida até o fim do exercício de 2014. Uma vez que o processo administrativo se encontra na fase da notificação, as constatações apontadas na fiscalização realizada pela ANEEL não impactam financeiramente a Taesa e foram atendidas pela Companhia em 2013, e devidamente registradas perante o Regulador, por meio de correspondências. **Multa IBAMA** - em 2002, a TSN foi autuada pelo IBAMA por construir uma parte da linha de transmissão em desconformidade com as especificações estabelecidas. À época, esse ato gerou a lavratura de um auto de infração, momento em que a TSN apresentou recurso. Em outubro de 2012, o IBAMA/GO proferiu decisão definitiva sobre o caso, mantendo a multa aplicada à época no valor de R\$100 mais correções, totalizando R\$129, valor este pago pela Companhia em 10 de janeiro de 2013.

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou algumas atividades que não envolvem caixa, decorrentes da incorporação de subsidiárias integrais conforme detalhado na nota explicativa nº 1, que foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa da controladora, exceto o caixa oriundo dessas incorporações apresentado nas atividades de investimento. Os ativos e passivos incorporados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão demonstrados a seguir:

	Balanco incorporado	Saldos incorporados
Caixa e equivalentes de caixa		143.278
Títulos e valores mobiliários		27.817
Cientes		49.357
Ativo financeiro		2.391.205
Impostos e contribuições sociais		34.991
Dividendos a receber		21.024
Depósitos judiciais		7.556
Outras contas a receber		8.435
Outros ativos		2.930
Imobilizado		71
Intangível		2.580
Total dos ativos		2.689.244
Fornecedores		(8.913)
Empréstimos e financiamentos		(269.279)
Taxas regulamentares		(10.267)
Impostos e contribuições sociais		(18.602)
Impostos, contribuições e tributos diferidos		(325.685)
Dividendos a pagar		(72.387)
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		(2.075)
Outras contas a pagar		(14.976)
Total dos passivos		(722.184)
Acevo contábil líquido incorporado		1.967.060

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Novo reforço - Em 06 de fevereiro de 2014 foi publicada no Diário Oficial a Resolução Autorizativa nº 4.521/2014 que autorizou a implantação do Reforço de recapitação de 300 MVA para 380 MVA do C3 da LT Açú II - Açú III e fixou o valor total do orçamento e o valor da RAP para o empreendimento, bem como estabeleceu o cronograma para a disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica, conforme descrito abaixo:

Linha de transmissão	Reforço		Prazo para Implantação após Publicação Res. ANEEL (meses)	Enquadramento REN 443/11
	TAESA	LAGOA		
LT 230 KV ACU II / LAGOA NOVA II RN		Recapitação de 2 km da LT 230 KV Açú II - Lagoa Nova II a partir da subestação Açú II elevando a capacidade de transmissão de 300 MVA para 380 MVA.	até 24	III

Aumento de capital "Mariana" - Em 25 de fevereiro de 2014 a Assembléia Geral Extraordinária da Mariana aprovou o aumento de capital no valor de R\$20.000, elevando o capital de R\$1.000 para R\$21.000. O aumento de capital em questão visa conferir à Mariana os recursos necessários à realização do empreendimento que constitui o seu objeto social. O aporte de capital foi realizado pela Taesa em 11 de março de 2014. **Cancelamento e substituição da Quarta emissão de debêntures** - A Reunião do Conselho de Administração de 25 de fevereiro de 2014 aprovou o cancelamento da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até duas séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, no valor de até R\$540.000, tendo em vista que as condições de mercado atuais não são favoráveis à realização da referida emissão. Adicionalmente, aprovou, em substituição à Quarta Emissão, a captação, pela Companhia, do montante de até R\$ 450.000 através de uma das seguintes alternativas: (a) empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, com swap ("permuta") da variação cambial pelo "Certificado de Depósito Interbancário - CDI"; ou, (b) emissão de notas promissórias comerciais. Não houve nova captação até o presente momento. **Contrato de compartilhamento de instalações - SGT x Cemig GT** - Em 26 de fevereiro de 2014 a Assembléia Geral Extraordinária da SGT aprovou a celebração de contrato de compartilhamento entre SGT e CEMIG GT, cujos termos e condições obedecem a padrões definidos pelas normas aplicáveis ao setor elétrico nacional. **Venda de Imóvel** - Em 27 de fevereiro de 2014 a Companhia assinou um contrato de promessa de compra e venda dos imóveis de que é proprietária, localizados no Edifício da Bolsa do Rio, na Praça XV de Novembro, nº 20, Centro, Rio de Janeiro, no montante de R\$13.000. Como confirmação e garantia do início da execução do contrato de compra e venda a ser celebrado, das obrigações contratuais e da impossibilidade de arrependimento entre as partes, os promitentes compradores realizaram um pagamento de sinal a Companhia nesta mesma data no montante de R\$1.000, e após assinatura da escritura definitiva de compra e venda, liquidarão a parcela restante do saldo acordado. O saldo residual desse imóvel na data de assinatura do contrato era de R\$4.593. Caso os proponentes compradores não paguem o saldo acordado em até vinte dias contados do registro da respectiva escritura definitiva de compra e venda e/ou da alienação fiduciária dos imóveis, poderá a Companhia rescindir o contrato, sujeitando os promitentes compradores ao disposto nos artigos 418 e 419 do Código Civil Brasileiro.

DIRETORIA

NOME	CARGO
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Cristiano Corrêa de Barros	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TITULARES	SUPLENTE
Djalma Bastos de Moraes	Flávio de Almeida Araújo
Wilson Pereira dos Santos	João Procópio Campos Loures Vale
Pedro Grossi Junior	Eliana Soares da Cunha Castello Branco
John Michel Pimenta de Moraes Streithorst	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantídio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Sandro Rocha Peres	Gerson Gonçalves da Silva
Carlos Roberto Cafarelli	Carlos Massaru Takahashi
Marcelo Souza Monteiro (Independente)	Maurício Antônio Rosa (Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes (Independente)	Maurício Luis Luchetti (Independente)
João Almeida dos Santos	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Luiz Ricardo da Câmara Lima	Jorge Kalache Filho

CONSELHO FISCAL

TITULARES	SUPLENTE
Jorge Khoury Hedaya	Ronald Gastão Andrade Reis
Cláudio Canalis Goulart	Maria Cristina Soares Magalhães Alves
Clayton Ferraz de Paiva	Ana Paula Moraes Venancio Amaral
José Maria Rabelo	Dio Jaime Machado de Almeida
Isabel da Silva Ramos	Fábio César Baptista dos Santos

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3 - CPF nº 778.993.777-49

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório dos auditores independentes pertinente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, e respectivos documentos complementares.

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório dos auditores independentes pertinente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2014.

José Aloise Ragone Filho - Diretor Superintendente Geral
Cristiano Correa de Barros - Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria - Diretor Superintendente Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, salas 601, 602, 1002 e 1003, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o Relatório da Administração e os demais documentos que compõem as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31/12/2013, bem como a proposta da Administração para destinação do Lucro Líquido do exercício de 2013 e, após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e, considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à sua aprovação pelo Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em data a ser definida oportunamente. Rio de Janeiro, 17 de março de 2014. Clayton Ferraz de Paiva; Cláudio Canalis Goulart; José Maria Rabelo; Jorge Khoury Hedaya; Isabel da Silva Ramos.

e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes.

Conforme mencionado na nota explicativa 4.20.2, em decorrência principalmente da mudança de política contábil, introduzida pela adoção do IFRS 11 e CPC 19 (R2) e das demais reclassificações descritas na nota explicativa 4.21, os valores correspondentes, individuais e consolidados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors" e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - "Presentation of Financial Statements". Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado.

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em